



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EDSON EDREY DE MENEZES SOUSA

**A ISLAMOFOBIA NA FRANÇA: UM ESTUDO DE CASO PELA ÓTICA DA
ASCENSÃO DA ULTRADIREITA NO SÉCULO XXI**

JOÃO PESSOA

2024

EDSON EDREY DE MENEZES SOUSA

**A ISLAMOFOBIA NA FRANÇA: UM ESTUDO DE CASO PELA ÓTICA DA
ASCENSÃO DA ULTRADIREITA NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena.

JOÃO PESSOA

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725 Sousa, Edson Edrey de Menezes.
A islamofobia na França [manuscrito] : um estudo de caso pela ótica da ascensão da ultradireita no século XXI / Edson Edrey de Menezes Sousa. - 2024.
64 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Islamofobia. 2. Ultradireita. 3. Muçulmanos. 4. França. I.
Título

21. ed. CDD 305.6

EDSON EDREY DE MENEZES SOUSA

**A ISLAMOFOBIA NA FRANÇA: um estudo de caso pela ótica da ascensão da
ultradireita no século XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 26/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANNA BEATRIZ LEITE HENRIQUES DE LUCENA
Data: 29/06/2024 13:12:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 FABIO RODRIGO FERREIRA NOBRE
Data: 29/06/2024 13:16:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 ANDRE MENDES PINI
Data: 01/07/2024 13:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre ter dado amparo durante todo o período da minha formação.

A todos(as) os(as) docentes que passaram pela minha trajetória universitária.

À Mariana, secretária do curso, por sempre ter sido tão solícita.

Aos pinions, não sei como teria sido a faculdade sem vocês.

Aos meus colegas de turma que se tornaram amigos ao decorrer da caminhada.

À minha mãe e ao meu irmão, pelo esforço e apoio de sempre.

À minha coordenadora, Anna Beatriz, pela parceria, paciência e confiança.

À banca examinadora, pela disponibilização de seu tempo para me avaliar.

À Kira, pela companhia (em especial durante a escrita deste trabalho).

RESUMO

Como a ideologia da ultradireita reforça a islamofobia praticada na França no século XXI? Historicamente, a islamofobia se faz presente na França em detrimento do forte caráter nacional e identidade secular implantada na consolidação do país desde a Revolução Francesa em 1789. A chegada do século XXI testemunhou a ascensão da ultradireita mundialmente, caracterizada como movimentos violentos e autoritários na ordem política. Nesse contexto, a França é um dos casos em que ambos os movimentos ganharam força e destaque. Atualmente, a ideologia de ultradireita é apontada como uma das principais difusoras da islamofobia no país. Logo, o objetivo do presente trabalho é identificar como a ideologia de ultradireita, especialmente sob a insígnia do Partido *Front National/Rassemblement national (FN/RN)*, converge com as expressões e práticas islamofóbicas dentro do território nacional francês, entre os anos de 2001 a 2022. Metodologicamente, o trabalho se classifica como um estudo de caso descritivo (Yin, 2001; Gil, 2002), utilizando uma abordagem de caráter qualitativo e exploratório da problemática, por meio do método dedutivo. Empiricamente, observou-se que a intensificação da islamofobia pela ultradireita se deu pela utilização de questões intrinsecamente islamofóbicas, por partidos e figuras de ultradireita, como suas principais proposições políticas, consolidadas por discursos e projetos governamentais. O teor dessas movimentações políticas na França, também revelou que a islamofobia é expressa de variadas maneiras e que há o emprego de uma lógica securitária na configuração dos muçulmanos como uma ameaça aos valores da cultura e sociedade francesa que deve ser combatida.

Palavras-Chave: Islamofobia; Ultradireita, Muçulmanos, França.

ABSTRACT

How does the far right ideology reinforce the islamophobia practiced in France in the 21st century? Historically, Islamophobia has been present in France to the detriment of the strong national character and secular identity implanted in the country's consolidations since the French Revolution in 1789. The turn to the 21st century witnessed the rise of the ultra-right worldwide, characterized as violent and authoritarian movements in the political order. In this context, France is one of the cases in which both movements gained strength and prominence. Currently, ultra-right ideology is seen as one of the main spreaders of Islamophobia in the country. Therefore, the aim of the present research is to identify how the far right ideology converges with islamophobic expressions and practices within the French national territory, especially under the banner of the National Front/National Reunion Party (FN/RN), in the time frame from 2001 to 2022. Methodologically, this paper is classified as a descriptive case study (Yin, 2001; Gil, 2002), using a qualitative and exploratory approach to the problem, through a deductive method. Empirically, it was observed that the intensification of Islamophobia by the far right was due to the use of intrinsic islamophobic issues, by far right parties and characters, as their main political propositions, consolidated by public speeches and government projects. The content of these political movements in France also revealed that Islamophobia is expressed in different ways and that a security logic is used in the configuration of Muslims as a threat to the values of French culture and society that must be combated.

Keywords: Islamophobia; Far Right, Muslims, France.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estimativa da população muçulmana nos países da Europa em 2016.....	18
Figura 2 - Ciclo contínuo da violência relacionada à Islamofobia.....	21
Figura 3 - Estimativa dos maiores grupos religiosos na França (1900 - 2050).....	22
Figura 4 - Um resumo visual da Islamofobia.....	24
Figura 5 - Evolução dos ataques terroristas na França (2001- 2019).....	28
Figura 6 - A evolução da islamofobia na França (2003 - 2018).....	29
Figura 7 – Tipos de ocorrências islamofóbicas (2005 - 2018).....	30
Figura 8 – Alvos da Islamofobia na França por gênero (2009-2019).....	35
Figura 9 – Tipos de agressões verbais, ameaças e comportamentos discriminatórios voltados aos muçulmanos (2005-1001; 2016-2018).....	36
Figura 10 – Alvos dos ataques à propriedade muçulmanas (2005-1001; 2016-2018).....	37
Figura 11 – Tipos dos ataques à propriedade muçulmanas (2005-1001; 2016-2018).....	37
Figura 12 - Ideologia Esquerda-Direita na França em 2019.....	43
Figura 13 - Nacionalismo na França em 2019.....	44
Figura 14 - Multiculturalismo na França em 2019.....	44
Figura 15 - Minorias Étnicas na França em 2019.....	45
Figura 16 - Política Migratória na França em 2019.....	45
Figura 17 - Retórica Anti-Islâmica na França em 2019.....	46
Figura 18 - Opinião Pública e Votação Parlamentar (Assembleia e Senado) acerca do estado de emergência (2015- 2017).....	53
Figura 19 - Percepção dos franceses sobre o uso do véu (2006- 2019).....	54
Figura 20 - Percepção dos franceses sobre o uso do véu Integral (2006- 2019).....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A religião e a adesão aos valores franceses pelos muçulmanos na França.....	26
Quadro 2 – Categorização das práticas islamofóbicas propostas por Sayyid (2019).....	32
Quadro 3 - Descrição das 4 ondas da ultradireita.....	41
Quadro 4 – Quantidade de partidos de acordo com seu espectro político.....	46
Quadro 5 - Composição da Assembleia Nacional da França em 2022.....	48
Quadro 6 — Principais medidas tomadas contra a expressão de identidade e presença muçulmana evidenciadas em cada autor.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCIF	Coletivo contra a Islamofobia na França, do francês <i>Collectif contre l'islamophobie en France</i>
CHES	<i>Chapel Hill Expert Survey</i>
CNCDH	Comissão Consultiva Nacional de Direitos Humanos, do francês - <i>Commission nationale consultative des droits de l'homme</i>
DAESH	Sigla pela qual é conhecido o autointitulado <i>Estado Islâmico</i>
DLF	Levantar a França, do francês <i>Debout la France</i>
EELV	Europa Ecologista - Os Verdes, do francês <i>Europe Écologie - Les Verts</i>
FI	França Insubmissa, do francês <i>France Insoumise</i>
FN	Frente Nacional, do francês <i>Front National</i>
IFOP	Instituto de Estudos de Opinião Pública, do francês <i>Institut d'Études Opinion Public</i>
LGBTQ	Sigla que engloba Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queers
LR	Os Republicanos, do francês <i>Les Républicains</i>
LERM	A República em Marcha, do francês <i>La République En Marche</i>
MoDem	Movimento Democrático, do francês <i>Mouvement Démocrate</i>
ODIHR	Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos, do inglês <i>Office for Democratic Institutions and Human Rights</i>
OSCE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do inglês <i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
PCF	Partido comunista Francês, do francês <i>Parti Communiste Français</i>
PS	Partido Socialista, do francês <i>Parti Socialiste</i>
RN	Reagrupamento Nacional ou Reunião Nacional, do francês <i>Rassemblement national</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A ISLAMOFOBIA SOB O OLHAR DO NACIONALISMO FRANCÊS	14
2.1 Revisitando a Islamofobia	16
2.2 A islamofobia arraigada na França	18
3. A SITUAÇÃO MUÇULMANA NA ATUAL SOCIEDADE FRANCESA	24
3.1. Tornando a islamofobia tangível	31
3.1.1 Agressão Estatal ou Governamental	33
3.1.2 Agressões discriminatórias	35
3.1.3 Agressões a Propriedades	36
3.1.4 Agressão Simbólica ou de Percepção	37
4. A RADICALIZAÇÃO DA ULTRADIREITA FRANCESA	39
4.1 A ultradireita francesa: definição, ideologia e articulações	40
5. A ISLAMOFOBIA E O MAINSTREAM DO FRONT NATIONAL	48
6. CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

A construção do Estado-nação francês, no passado, foi fruto da unificação de povos de diferentes regiões, identidades e dialetos. Somente com a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, houve um maior esforço para a consolidação da identidade nacional buscando padronizar a cultura e a língua para todos os franceses (Jampierre 2019). A principal causa levantada pela Revolução Francesa era a dissolução da monarquia tirânica que se aproveitava das demais camadas da população. Por consequência, a influência da Igreja Católica foi também abertamente desafiada, uma vez que era a responsável pela legitimação dos monarcas no poder. Esse fato histórico permitiu aos ideais da sociedade francesa a consolidação de um forte processo de secularização, fruto da reivindicação feita durante a Revolução Francesa (Jampierre, 2019).

O secularismo representa a separação do Estado da Igreja, o que significa que a religião não tem mais voz nos assuntos públicos e governamentais (Louati e Syeda, 2022). Na França, o termo é normalmente referido como *laïcité* (em português, laicidade), como o principal promotor de uma neutralidade que enfraquece comportamentos e práticas religiosas. Autores como Louati e Syeda (2022) defendem que essa laicidade tem se convertido mais recentemente numa perseguição à comunidade muçulmana presente no país, sendo denominada por eles como *new laïcité* (a nova laicidade).

A relação dos franceses com o povo muçulmano remonta ao período colonial, especialmente no Norte da África, onde muitas das colônias francesas tinham o Islã como religião majoritária. O processo de colonização e de independência dos países explorados pela França foram envoltos sobre diversos conflitos que permitiu uma enraizada estigmatização negativa um do outro. Kaya (2009) aponta o aumento da proximidade dos franceses com muçulmanos a partir de ondas migratórias séculos XIX e XX advinda das suas ex-colônias, onde muitos se estabeleceram e permaneceram no país.

Desse período em diante, a população francesa, majoritariamente branca e cristã, passou a lidar com uma pluralidade religiosa e cultural, outrora ausente, trazida pelos novos imigrantes (Jampierre 2019). Com o atentado às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 e o aumento no número de ataques terroristas em solo francês, os estigmas retornam com mais força, traduzindo-se em práticas islamofóbicas generalizadas (Abdelkader, 2017).

O sentido de islamofobia empregada neste trabalho é a abordagem desenvolvida por Bleich (2012), que define o fenômeno como qualquer atitude discriminatória ou emoção negativa dirigidas ao Islã ou aos muçulmanos. Na França, a islamofobia se encontra permeada

em seu passado e se faz presente em todos os espectros políticos devido ao forte nacionalismo secular da época da Revolução Francesa. Mais Recentemente, Souza (2021) atesta que a Islamofobia francesa é empregada de forma mais incisiva por partidos e figuras de ultradireita, com destaque para o *Front National*¹ (Frente Nacional, em português) chefiado atualmente por Marine Le Pen, foco desse estudo de caso.

A ascensão da ultradireita global no século XXI ocorre por meio da sua consolidação no *mainstream* político, normalizando suas visões e narrativas radicais, permeadas por contornos xenófobos, autoritários e racistas. Mudde (2019) vê a ultradireita como um movimento hostil e violento, e na Europa, sua expansão é motivada por ressentimentos e temores despertados com frequentes fluxos migratórios, especialmente de muçulmanos para o continente. Essa ascensão da ultradireita, se faz presente na quarta onda — iniciada, de acordo com Mudde (2019) em 2001 com o atentado às torres gêmeas — na qual a França encontra-se como um dos países onde ela se faz presente.

Com isso, a França é escolhida como *locus* para analisar esses fenômenos pois se enquadra como um dos países mais islamofóbicos da Europa (Mendelski, 2022). Além disso, o país é um ator de peso dentro da União Europeia, com a maior área territorial e a segunda maior economia do bloco. A França também é um dos principais países alvos de ataques terroristas, essencialmente aqueles de caráter fundamentalista, isto é, ligados em prol de um movimento religioso, nesse caso, alas extremistas do Islã (Sousa, 2010). Ainda, no que tange à presença de muçulmanos no país, a França possui a maior porcentagem dentre os países europeus, com uma taxa de quase 9% de sua população total. Outro fator que faz a França ser escolhida é sua proximidade geográfica e histórica com os países islâmicos.

Como marco temporal, o século XXI se faz central no ponto de análise, mais especificamente a partir do ano de 2001 ao ano de 2022, cobrindo a quarta onda da ultradireita. A escolha de 2001 como ponto de partida, se dá pelo ataque às torres gêmeas ocorridas em 11 de setembro, responsável por inflamar, globalmente, tanto os ânimos islamofóbicos, quanto a ascendência da ideologia de ultradireita. Já o ano de 2022 se deve exclusivamente por ser marcado como precursor das últimas eleições presidencial e parlamentar, ocorridas na França (até o momento em que esse trabalho foi desenvolvido), essenciais para demonstrar o desempenho eleitoral dos partidos de ultradireita no país.

¹ Em 1º de junho de 2018 passou a ser denominado de *Rassemblement National* (em português: Reagrupamento Nacional ou Reunião Nacional), entretanto, será abordado como *Front National*, por se manter com esse nome durante a maior parte do limite temporal delimitado por este trabalho.

Diante do exposto, a hipótese inicial que motivou o desenvolvimento deste trabalho é de que a presença da ultradireita na França, como ideologia política, é um fator contribuinte para a intensificação dos sentimentos e ações discriminatórias contra muçulmanos. A pergunta de pesquisa feita para nortear o estudo dessa problemática foi: “Como a ideologia da ultradireita reforça a Islamofobia praticada na França no século XIX?”. Logo, o objetivo principal se delimita em identificar como a ideologia de ultradireita converge com as expressões e práticas islamofóbicas dentro do território nacional francês.

Na busca de alcançar resultados satisfatórios para o objetivo proposto, o trabalho ainda possui como objetivos específicos: a) Compreender como a lógica da construção do Estado nacional francês favoreceu a consolidação do surgimento da Islamofobia no país; b) Expor os variados desafios enfrentados pela comunidade muçulmana da França; c) Analisar as razões que levaram a ultradireita a ganhar relevância nas discussões políticas e sociais francesas no século XXI no que tange à islamofobia; d) Identificar como o Front National se apropria da islamofobia para se posicionar estrategicamente numa posição política de destaque no país.

Para tanto, a ferramenta de pesquisa empregada no presente trabalho tem como metodologia elaborar um objeto de pesquisa descritivo, a partir de um estudo de caso sobre a reiteração da islamofobia presente na França por parte da ultradireita sob a insígnia do Partido *Front National/Rassemblement national (FN/RN)*. O estudo de caso, de acordo com Yin (2001) e Gil (2002), possibilita analisar e compreender uma determinada situação ou fenômeno dentro de uma delimitação específica, permitindo, ainda, o estabelecimento de bases para que o pesquisador realize uma investigação posterior, mais sistêmica e precisa. A abordagem utilizada é de caráter qualitativo e exploratório do problema, buscando traçar possibilidades de descobertas para temática em questão por meio do método dedutivo, partindo de generalizações para a especificidade.

Como instrumento de coleta de dados usufrui-se da revisão bibliográfica, por meio de fontes primárias e secundárias, da literatura especializada sobre a ultradireita e a islamofobia. De forma resumida, a análise apresenta alguns destaques, que envolvem os relatórios do *Chapel Hill Expert Survey*² — acerca das características dos partidos presente na Europa, incluindo a França — e os dados estatísticos e políticos do *Pew Research Center*. Além disso, a contribuição de autores como Salman Sayyid (2019), Killian Jampierre (2019) e Bruno Mendelski (2021), no que tange à islamofobia; e o cientista político holandês, Cas Mudde (2000; 2019), ao se tratar da ultradireita.

² Um banco de dados que reuniu especialistas nos temas analisados no campo da ciência política para contribuir com o lançamento de relatórios.

No que se refere à estrutura, o trabalho encontra-se dividido em 4 capítulos. O primeiro situa teoricamente a islamofobia e aborda sua presença dentro do território nacional francês. O segundo capítulo apresenta os percalços vividos pela comunidade muçulmana da França, além de exemplificar as mais variadas formas de islamofobia enfrentadas por eles na sociedade francesa. Em seguida, o terceiro capítulo elenca as características da ultradireita e sua ascensão ocorrida no século XXI. Por fim, o quarto capítulo versa sobre como o *Front National* se apropria de pautas islamofóbicas na França e vem se tornando um partido relevante no cenário político francês.

2. A ISLAMOFOBIA SOB O OLHAR DO NACIONALISMO FRANCÊS

A teorização acerca da islamofobia ainda é algo em discussão acadêmica. Não há um consenso ou definição firme sobre o termo, o que desafia as análises sociais e políticas, devido à variedade de respostas permeadas em um escopo de literaturas multidisciplinares que examinam o fenômeno. Essa controvérsia é exposta por Muñoz e Grosfoguel (2012) como algo que provoca questionamento acerca da existência e da validade das ocorrências em torno da temática nas sociedades ocidentais, visto que existe uma ausência no estabelecimento de uma declaração legal ou uma aceitação geral de sua relevância. Assim, o conceito aplicado para Islamofobia difere de acordo com a disciplina em que se está sendo estudada.

Sayyid (2014) explica que a oposição à islamofobia, no geral, se dá por meio de 3 vertentes sobrepostas. A primeira é dada pela desconsideração da Islamofobia como uma categoria válida, não merecedora de receber uma conceituação especial, pois toda e qualquer discriminação voltada aos muçulmanos poderia ser encaixada/explicada como um simples e puro racismo. A segunda se dá por deslegitimar a Islamofobia, a colocando-a no lugar do inflamento do politicamente correto - como um discurso forjado para limitar/sufocar os debates e a liberdade de expressão. E, por último e terceiro lugar, argumenta-se que a Islamofobia deve ser tratada como legítima defesa em resposta às percepções de perigo e ameaça da radicalização produzida por um significativo número de muçulmanos.

Por muito tempo, o termo foi estritamente classificado como uma forma de intolerância religiosa, ao conceber um medo ou aversão à fé islâmica. Essa categorização inicial da islamofobia seria inadequada para sua definição, pois implica em entender o fenômeno somente como discriminação de uma prática religiosa. Entretanto, a Islamofobia também pode ser entendida como uma forma de "*racial profiling*", levando ao entendimento de um medo de muçulmanos no geral devido a uma série de estereótipos culturais que lhes são aplicados (Jampierre, 2019).

Para o propósito desta pesquisa, a islamofobia será entendida de acordo com a definição de Bleich (2012), que a descreve como o conjunto de atitudes discriminatórias ou emoções negativas dirigidas ao Islã ou aos muçulmanos. Nesse sentido, o termo engloba um misto de contribuições, em especial, as debatidas por Sayyid (2014), Jampierre (2019) e Nadi (2021). Para eles, a islamofobia transcende a esfera religiosa e perpassa por dinâmicas racistas e coloniais de caráter histórico, social e cultural - não sendo uma subcategoria incluída dentro do racismo, mas sim um fenômeno, cujo produto passou por um processo de racialização.

Dito isto, entender a diferença entre racismo e racialização é um ponto essencial para compreender o pensamento aplicado à islamofobia ao longo deste trabalho. A principal diferença se dá exclusivamente pela presença ou não de um conjunto de características biológicas passíveis de diferenciação, no caso do racismo; ou na construção de uma raça a partir de distinções sociais e culturais (pseudo-biológicas), no que tange à racialização. Como exposto por Nadi (2021), a Islamofobia costumeiramente é caracterizada como uma espécie de “neo-racismo”, isto é, um racismo sem raça. Ou seja, uma ideia que se baseia na criação de raças sociais ao invés de raças biológicas³.

A pergunta “o que exatamente é um muçulmano?” é levantada por Sayyid (2014, p. 18) como uma forma de reconhecer que a posição de uma pessoa muçulmana é sobredeterminada. Isso significa dizer que um muçulmano pode ser muitas outras coisas, o que também inclui vários traços étnicos e raciais. Essa afirmação pode ser explicada pela dificuldade de se encontrar um *locus* biológico para os muçulmanos, com uma identidade fenotípica que não possa ser facilmente alterada, além de serem um povo transnacional, não podendo ser contidos em só um Estado, no campo da política interna. Assim, reitera-se que

[...] a islamofobia, ao contrário dos pressupostos clássicos de práticas discriminatórias como o anti-semitismo, o sexismo, a homofobia, o racismo e assim por diante, parece repousar sobre um assunto que não é dado pela natureza. Portanto, ser muçulmano é considerado uma questão de escolha, de uma forma que ser judeu, mulher, cigano ou gay não é (Sayyid, 2014, p. 17, tradução livre).

Sob esse viés, a inovação abarcada dentro da islamofobia é, principalmente, a operacionalização da ideia de uma aparente culturalização do racismo. Logo, compreender a Islamofobia como algo mais específico que o racismo nos leva a evitar o debate sem sentido se o Islã é uma raça ou não. Por ser um fenômeno social e historicamente construído, trata-se de olhar para o Islã, da ação coletiva à prática pessoal, como o processo de racialização dos muçulmanos através de dinâmicas pelas quais as forças sociais, econômicas e políticas determinam o conteúdo e importância dos significados da formação racial e identidade coletiva (Nadi, 2021).

Todas as considerações já mencionadas convergem, então, com Kalin (2011) e seu argumento de que a Islamofobia tem se tornado mais recentemente uma nova forma de racismo que não se limita apenas à religião, pois o ódio incitado aos muçulmanos também abarcam suas tradições culturais e experiências étnicas. Por fim, Allen (2010) destaca a

³ Essa constatação se dá especialmente pela percepção dos não-islâmicos quanto aos islâmicos devido a uma visão advinda do orientalismo, que estereotipa e menospreza a cultura islâmica.

interpretação do sufixo *fobia*, porque para ele, a islamofobia acaba sendo entendida apenas como o medo do “outro” muçulmano, desconsiderando-se uma gama de percepções imprecisas, estereótipos, exageros e deturpações difundidas sobre os costumes islâmicos.

2.1 Revisitando a Islamofobia

Para Killian Jampierre (2019), a islamofobia como um conceito surgiu no final dos anos 90 e início dos anos 2000; foi originalmente empregado pelos círculos públicos e acadêmicos para evidenciar o sentimento anti-muçulmano encontrado na sociedade e gerador de atitudes e ações prejudiciais direcionadas a comunidade muçulmana. O relatório *A Challenge for Us All*, produzido pelo *think-tank* britânico *Runnymede Trust* em 1997 é definido por Allen (2007) como um marco para o começo da difusão das discussões sobre a Islamofobia. O relatório atrela conceitualmente a Islamofobia à percepção do Islã como um monólito imutável, de natureza violenta e bárbara inerente, sendo fundamentalmente inferior em relação ao Ocidente.

Assim, a discriminação e hostilidade infundada em relação ao Islã e às comunidades e indivíduos de origem muçulmana postulado no relatório passou a ser usada convencionalmente como uma classificação da islamofobia, pelo menos no mundo anglofôno (Sayyid, 2014). Ao citar um choque de civilizações no conteúdo do seu texto, o relatório faz referência diretamente, para sua editoração, a teoria desenvolvida por Samuel Huntington (1996). Em sua obra, Huntington (1996) postula que, após a definição da nova ordem mundial uni-multipolar e diante da expansão da globalização, as origens dos novos conflitos porvindouros se daria de forma essencial pela diferença cultural entre distintas civilizações.

Mundialmente, a Islamofobia ganhou notável impulso após 11 de setembro de 2001, com a escalada da Guerra contra o Terror, generalizando, conseqüentemente, o uso do seu termo e percepções negativas e pejorativas ao islâmismo e os muçulmanos por parte da elite política, mídia e intelectuais (Mendelski, 2022). A partir do ocorrido nos Estados Unidos, o atentado às torres gêmeas serviu como justificativa e normalização para as políticas anti-islâmicas, sendo alimentadas por práticas carregadas de hostilidade, discriminação e preconceito — legitimadas pelo trauma de ataques terroristas que foram associados ao Islã.

Expressões como "pessoas de religião equivocada" e "sem civilidade", antes também muito utilizadas para caracterizar os muçulmanos, ganharam ainda mais força durante esse período (Grosfoguel, 2014). Apesar da conceituação do termo ter sido impulsionada influentemente pelo *Runnymede Trust*, no fim da década de 90, e alavancada após o ataque às

torres gêmeas em 2001 — colocando a islamofobia como centro dos debates acadêmicos —, o medo, a hostilidade e práticas discriminatórias contra os muçulmanos e o Islã já eram uma conduta presente e difundida historicamente no continente europeu.

Na Europa, principalmente na porção ibérica e ocidental, as guerras de consolidação dos Estados-nacionais, como conhecemos atualmente, envolveram um processo de disputas territoriais entre os impérios católicos europeus e o Império Otomano. Muñoz e Grosfoguel (2012) explicam essa complexa relação de competição entre eles em razão da sua proximidade histórica e geográfica, na qual a rivalidade entre o Islã e o Cristianismo permitiu uma estrutura enraizada de estigmas um do outro, durante a Idade Média. Diante disso, Bruno e Marchi (2016) apontam 3 estratégias utilizadas pelos europeus, nesse período, para abordar a esfera islâmica: 1) a separação do Estado e da Igreja para defender-se da islamização; 2) a Igreja Católica como aparato identitária europeia frente à deformidade islâmica; e, 3) um interesse etnorracial de proteção cultural de uma invasão alógena. Independentemente da estratégia utilizada, a questão religiosa é posta em foco para dispor antagonismo entre o mundo cristão e islâmico.

Somada a isso, a ideia do pensamento eurocêntrico concebia à Europa uma posição de superioridade na sua identidade e costumes, colocando os europeus como um povo depositário da humanidade, à medida que tratava de forma inferior os demais povos. Essa concepção foi reforçada, principalmente, com a expansão do mercantilismo e o período das grandes navegações (séculos XV - XVIII), o iluminismo (no século XVIII) e todo o período colonial (terminando no século XIX ou XX a depender da região). Logo, o eurocentrismo serve como uma justificativa para as ações imperialistas, dominações políticas e explorações econômicas, colocando em pauta uma dualidade entre a civilidade e a barbaridade amplamente arraigada de vieses da supremacia racial e cultural, da universalidade e da modernização (Muñoz; Grosfoguel, 2012).

Utilizando-se dos estudos pós-coloniais, Batalha (2017) considera que esses argumentos continuam sendo propagados na atualidade, por meio da inovação dos argumentos históricos na busca de marginalizar e vilanizar o islã e os muçulmanos. Para ele, isso se deve, em grande parte, ao Orientalismo — proposto por Edward Said, em 1978, retratando a maneira que ocidente filtra e imagina o oriente através de concepções sociais próprias para idealizar um "outro exótico". Por essa lógica, no que tange aos muçulmanos, percebe-se que a constante a construção prática e discursiva, por governos e seus representantes, na fundamentalização do islã como algo de características totalmente divergentes e imutáveis.

Conforme expresso por Said (2008, p. 3): “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa”.

2.2 A islamofobia arraigada na França

Dentre os países mais islamofóbicos, a França se destaca (Mendelski, 2022). Esse fato, por si só, torna a escolha pela França para o estudo da islamofobia bastante intrigante. Entretanto, indo além dessa constatação, essas discussões ficam ainda mais interessantes ao ressaltar a grande importância da França como um Estado de peso dentro da Europa, bem como um dos países com a maior presença de muçulmanos no continente. Mendelski (2022) reforça o destaque na França por ser o maior país em área territorial da União Europeia e a segunda maior economia do bloco. No que tange a questões demográficas, quase um quarto (22,25%) de toda a comunidade muçulmana residente da União Europeia encontra-se na França, representando, internamente, cerca de 9% de sua população — aproximadamente 5,72 milhões de indivíduos como demonstra a Figura 1 (Pew Research Center, 2017).

Figura 1 - Estimativa da população muçulmana nos países da Europa em 2016



Fonte: Pew Research Center (2017)

Jampierre (2019) atesta que a islamofobia presente na França não é um fenômeno novo, mas sim uma reiteração do sentimento anti-religioso que pode ser observado de variadas formas ao decorrer da história francesa. Nessa história, o nacionalismo cristão, a identidade francesa e o racismo epistêmico desempenham papéis fundamentais em exacerbar a discriminação religiosa na forma de islamofobia (Jampierre, 2019).

Inicialmente, o Estado-Nação francês foi construído pela unificação de povos de diferentes regiões, identidades e dialetos. O nacionalismo surgiu como um importante elemento para a consolidação da nova nação — explicitamente, em sua maioria, católica e racialmente branca. Após a Revolução Francesa de 1789, as autoridades francesas buscaram gerar uma forte identidade nacional através da colonização interna, visando padronizar a cultura e a língua. O florescimento dessa identidade nacional foi crucial para unir os revolucionários contra a monarquia, nas bases dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, esses valores eram somente direcionados para os cidadãos considerados parte do grupo cultural interno da nação (Jampierre 2019).

A secularização da sociedade francesa acelerou após a queda da monarquia, desafiando abertamente a influência da Igreja Católica. A partir de então, um dos pilares fundamentais da Constituição Francesa trata-se da separação entre religião e sociedade — antes validadora dos monarcas governantes, instituindo-se, assim, a laicidade, também denominada de secularismo ou secularidade, como um aspecto normativo identitário (Louati e Syeda, 2022). Logo, a Revolução Francesa trouxe consigo a ideia de tolerância e liberdade, expressa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Entretanto, em algum momento o secularismo francês e os direitos humanos passaram a ser incompatíveis. A laicidade tem sido usada para atingir especificamente os muçulmanos e sua visibilidade em público, apesar da sua concepção como um princípio constitucional que concede liberdade religiosa aos indivíduos e garante um estado religiosamente neutro. O que se observa é a idealização de uma laicidade como uma ferramenta para apoiar controvérsias baseadas na identidade e justificar a islamofobia (Louati; Syeda, 2022). Em resumo, nas palavras de Abdelkader (2017, p. 40, tradução livre), "embora a laicidade tenha sido originalmente concebida para limitar o poder da Igreja Católica, transformou-se agora numa forma de separar completamente a identidade religiosa (islâmica) e a afiliação dos espaços públicos".

Além disso, a Constituição francesa apresenta, em seu quadro de valores, a orientação da nação em torno da cidadania e inclusão. Em seu texto, determina-se que todos os

indivíduos dentro da República Francesa honrem o favorecimento da identidade francesa em detrimento de quaisquer outras identidades étnicas, raciais ou religiosas que possam possuir. Espera-se que os recém-chegados cumpram um sistema de assimilação bastante excludente, pois é destinado a ajudar os estrangeiros a se integrarem na nação de forma homogênea à medida que abandonam suas próprias identidades (Jampierre, 2019). Pela perspectiva de Peter Kivisto e Thomas Faist (2009) imigrantes são colocados numa posição de conformidade com a cultura dominante, diferentemente de um processo de inclusão multicultural, como ocorre no Canadá, onde uma nova identidade nacional é formada baseado nas muitas culturas que partilham a cidadania.

No entanto, no caso francês, à medida que o pluralismo religioso e cultural passa por um aumento de diversificação de imigrantes, em especial, os muçulmanos vindos do Norte da África nos séculos XIX e XX, produziu-se questionamentos de que maneira a população francesa lidaria com esses novos grupos raciais, étnicos e religiosos dentro da sua sociedade. Há pelo menos três gerações, os muçulmanos — em sua maioria provenientes das ex-colônias francesas — vem se estabelecendo na França (Kaya, 2009). Entretanto, Mendelski (2022) traz à luz que a comunidade muçulmana enfrenta percalços de adaptação na sociedade francesa, cujos valores fundamentais divergem dos seus países de origem, engrenando uma difícil inserção dessa população no mercado de trabalho, política e demais áreas, devido a falta de oportunidades atreladas ao preconceito que sofrem.

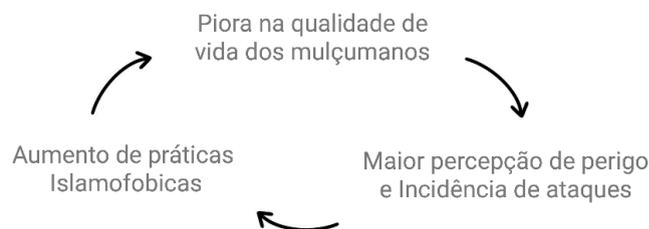
Por essa razão, Kaya (2016) reforça que os termos *racisme anti-maghrébin* e *racisme anti-arabe* também são utilizados na França como sinônimos de islamofobia, pois concerne de forma essencial ao problema como uma aversão a imigração árabe-magrebina e aos muçulmanos franceses nascidos no país. Essa situação impõe ainda mais uma carga de obrigação em renunciar seus costumes considerados incompatíveis com o Código Civil francês, para que possam gozar dos mesmos direitos que os demais cidadãos (Bila, 2019).

Historicamente, a colonização praticada pelo império francês abarcou diversos territórios de maioria muçulmana (Mendelski, 2021). Andrea Bila (2019) atesta que, apesar do contato da França com os muçulmanos na história datar períodos muito anteriores à colonização, foi durante a conquista de territórios no norte da África e o estabelecimento de colônias e protetorados que houve um aprofundamento de relações de troca do país com os países muçulmanos — especialmente após a conquista da Argélia em 1830. Assim, grande parte dessas relações carregam em sua elaboração, social e analítica, uma bagagem antecessora sob o prisma da colonização.

Ainda na atualidade, pós período de independência dos países no Norte da África e Oriente Médio, existe comportamento intervencionista de forma política e militar de Paris em suas ex-colônias. Essas constantes intervenções, por sua vez, são empregados como justificativas plausíveis por grupos extremistas para realizar atentados terrorista em território francês como forma de protesto. Tal fato pode ser exemplificado nos ataques ocorridos em 13 de novembro de 2015, considerado um dos maiores já sofridos pela França, no qual o grupo terrorista DAESH (o estado islâmico) legitimou suas ações como uma forma de vingança devido ao exercício militar francês nos territórios controlados pelo grupo (nesse tempo, partes da síria e do iraque). Consequentemente, acaba-se produzindo grande repercussão de manifestações islamofóbicas na França que estavam "adormecidas" (Mendelski, 2021).

Estas escalas manifestantes de atitudes negativas cultivadas em relação ao Islã, levam, em grande medida, a que a baixa porcentagem de muçulmanos no acesso a cargos públicos, empregos ou boas escolas. A falta ou a diminuição de todos esses fatores mencionados, geram disparidades socioeconômicas entre muçulmanos e não-muçulmanos, que por sua vez promovem uma insatisfações com a condições de vida empregadas (Jampierre, 2019).

Figura 2 - Ciclo contínuo da violência relacionada à Islamofobia



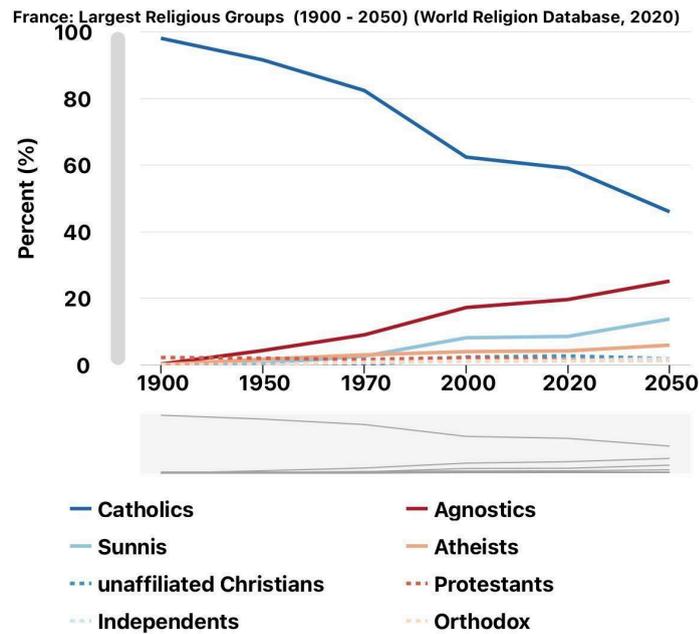
Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados de Jampierre (2019) e Mendelski (2021).

A Figura 2 busca representar de forma simplificada e resumida os argumentos já apresentados. O organograma expressa de forma visual como a Islamofobia no cenário francês parece estar inserida em um ciclo retroalimentado, onde a implementação de práticas islamofóbicas dificultam o cotidiano e integração dos muçulmanos. Consequentemente, essas ações os fazem serem marginalizados e vistos como ameaça (principalmente quando estão insatisfeitos e requerem por mais direitos), levando ao recomeço ou acentuamento da violência praticada contra os muçulmanos.

Em grande parte, Jampierre (2019) acredita que isso pode ser explicado pela permanência do catolicismo como fator étnico-religioso central e majoritário na França,

mesmo o Estado apresentando o secularismo como um aspecto fundamental da identidade nacional. De acordo com os dados levantados pela a ARDA - the Association of Religion Data Archives (2020), quase 60 por cento dos cidadãos franceses se identificam como Católicos em 2020, como mostrado a seguir na Figura 3:

Figura 3 - Estimativa dos maiores grupos religiosos na França (1900 - 2050)



Fonte: the ARDA - the Association of Religion Data Archives (2020)

Essa predominância do catolicismo como identidade seria a causa geradora da existência de uma mentalidade grupal que faz os católicos franceses recorrerem a uma alterização dos grupos religiosos minoritários presentes no país. Cria-se, assim, uma identidade cultural nacional utilizada contra a população muçulmana para destacar aqueles que são eticamente franceses, daqueles que não. Por consequência, pode-se argumentar que a islamofobia praticada na França é fortemente incentivada pela sua idealização de identidade nacional presente no Estado e pelo nacionalismo cristão, cuja combinação resulta numa forma de racismo epistêmico marginalizador dos grupos minoritários presentes dentro do país (Jampierre, 2019).

Como resultado, a proibição do lenço de cabeça e vestimentas tipicamente islâmicas é um dos exemplos de intolerância praticada na França nos dias de hoje que continuam a prosperar pela força das leis seculares. A visibilidade do véu muçulmano e seus significados ficaram associados a percepções de uma possível crise da identidade nacional francesa, no

qual a identidade dos imigrantes — baseada no islã — estariam equiparando-se aos poucos com a identidade nacional francesa — centrada na laicidade (Mendelski, 2022).

Bila (2019) argumenta que os ataques terroristas às torres gêmeas em 11 de Setembro são um ponto de partida para as coberturas políticas e mediática mudando drasticamente seus discursos no que tange ao Islã: a partir desse momento, mais se frisava incompatibilidades culturais, alimentando o preconceito e a hostilidade. Na mesma direção, Wolfreys (2018) visualiza o 11 de Setembro como catalisador dos discursos islamofóbicos na França, onde foi combinado aspectos de segurança externa (Guerra ao Terror) e identidade (valores seculares franceses e questão das vestimentas) em construir o Islã e os muçulmanos como um perigo para a nação em uma narrativa de emergência, reforçando estereótipos de muçulmanos serem todos terroristas.

Diante disso, a França como um estado moderno formulado sob uma ótica extremamente nacionalista e intrínseca ao racismo faz jus ao exposto por Goldberg (2002, p. 7 *apud* Sayyid, 2014, p. 19, tradução livre):

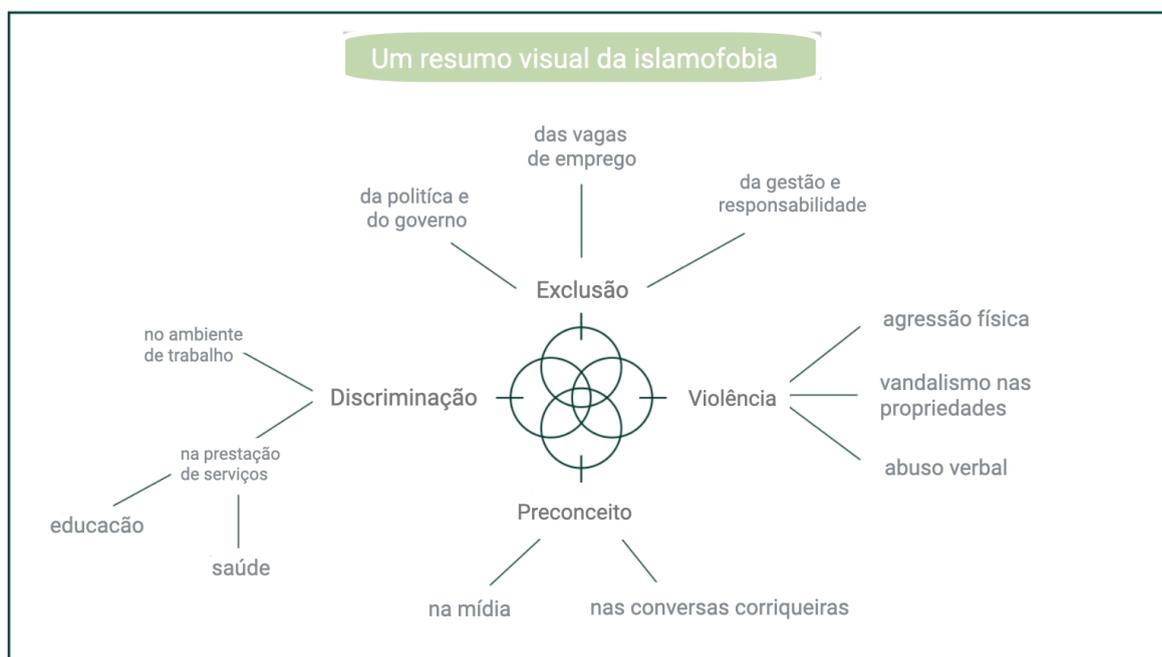
Os Estados modernos e os Estados raciais estão profundamente entrelaçados, as condições destes últimos ligadas às possibilidades dos primeiros, as histórias dos primeiros imediatamente responsáveis em termos das espacialidades e temporalidades projetadas dos últimos.

A ênfase trazida por Goldberg (2002) do Estado ser promotor de um governo racista que carrega, desde seu surgimento, e vai sendo regulado ou mantido no desenvolvimento da sociedade civil, podendo a islamofobia se encaixar nessa forma de governamentalidade racializada. Como atesta Sayyid (2014, p. 19, tradução livre): "É mais do que preconceito ou ignorância; é uma série de intervenções e classificações que afetam o bem-estar das populações designadas como muçulmanas". Então, essa constatação demonstra como as percepções negativas, falas e ações discriminatórias, atreladas à falta de conhecimento sobre a cultura islâmica contribui para uma piora na qualidade de vida dos muçulmanos imigrantes e residentes no país, no qual será mais abordada a seguir.

3. A SITUAÇÃO MUÇULMANA NA ATUAL SOCIEDADE FRANCESA

Conforme debatido anteriormente, a islamofobia é um fenômeno complexo e que envolve muitas dinâmicas dentro do seu escopo. A Organização da Cooperação Islâmica - OIC (2014 apud Lima 2022) resume a esfera em 4 esferas: Exclusão, Violência, Preconceito e Discriminação, no qual em cada uma delas existe uma gama de atitudes que são praticadas contra os muçulmanos. Essa complexidade pode ser vista visualmente na Figura 4 abaixo.

Figura 4 - Um resumo visual da Islamofobia



Fonte: Organização da Cooperação Islâmica - OIC (2014 apud Lima 2022), traduzida pelo autor (2024).

O esquema demonstrado na Figura 4, atesta, de forma visual e condensada, no qual a islamofobia se configura nos mais diversos ambientes e contextos, muitas vezes não acontecendo de forma isolada. Tal fato se encontra em concordância com as contribuições levantadas por Mendelski (2021, p. 1) ao ver a islamofobia ligada tanto ao nível governamental quanto ao societal. Para o autor,

Os discursos e práticas islamofóbicas estão presentes tanto no nível governamental quanto no societal. Retoricamente, na instância pública, a islamofobia pode ser notada em declarações, discursos e pronunciamentos de representantes públicos; em âmbito social, ela acontece por meio de manifestações, ataques verbais e atitudes preconceituosas, entre outros posicionamentos contra muçulmanos e/ou Islã ou discursos de ódio. Em sua competência prática, a islamofobia compreendida por entes

públicos pode ser constatada em legislações que restrinjam ou retirem direitos dos islâmicos, e em comportamentos discriminatórios executados por funcionários públicos diretamente contra membros desta fé. Na sociedade civil, o fenômeno adquire a forma de insultos, agressões físicas, ou ataques contra mesquitas, centros islâmicos ou propriedades de muçulmanos. Mendelski (2021, p. 1)

Dentro dessa lógica, na qual as principais esferas perpetradoras da islamofobia, são o Estado francês, as instituições privadas e os próprios cidadãos franceses, é possível notar como o secularismo francês encontra-se como uma força de apreciação impregnada no campo ideológico da França (Esteves, 2019). Esse aspecto secular, como já abordado anteriormente, reforça a (nova) laicidade que vem sendo empregada para atacar as comunidades muçulmanas, que de acordo com Lima (2022, p. 60) “após os atentados de 2015, tiveram problemas de integração ao mercado de trabalho, à liberdade de prática de sua cultura e ao acesso à educação”.

Jampierre (2019) exprime a dificuldade de determinar com exatidão uma demografia religiosa dentro da França, pois que é contra a lei realizar um censo religioso dentro do estado devido às normas da laicidade, fazendo que nenhuma filiação religiosa seja rastreada pelo governo francês. Entretanto, “um indicador comum para determinar a dimensão da população muçulmana inclui a análise do número de migrantes do Norte de África e do Médio Oriente” (Jampierre, 2019, p. 49, tradução livre).

A migração massiva de muçulmanos dos territórios islâmicos para a França começou no período pós-Segunda Guerra Mundial (Kaya, 2009). Os dados do Pew Research Center (2017) demonstram que, atualmente, 8,8% dos franceses como pertencentes ao credo islâmico cerca de 5,7 milhões de franceses. A maioria dos muçulmanos franceses, hoje cidadãos, é posta pelo Instituto Montaigne (2016) como originária desta onda migratória oriunda do passado, no qual se estima que as principais origens dos muçulmanos franceses são provindos da Argélia (38%), Marrocos (25%), países da África Subsaariana (9%) e Turquia (8%).

Os muçulmanos franceses geralmente são tratados como o “outro” e inferiores aos “verdadeiros” cidadãos franceses, se consolidando não apenas como um fenômeno social da França, mas também por uma ótica de crença entre praticantes do catolicismo e do Islã. Uma das prováveis causas pode ser consequência da diferença na falta de integração muçulmana completa aos valores ditos franceses coloca-os em um disparidade de acesso a benefícios e maiores rendimentos, até mesmo no acesso à educação (Jampierre, 2019).

Ao investigar as práticas cotidianas dos muçulmanos franceses, o Instituto Montaigne (2016) apresenta uma classificação em três categorias que variam com o grau da sua religiosidade e adesão aos costumes franceses (Quadro 1).

Quadro 1 – A religião e a adesão aos valores franceses pelos muçulmanos na França.

Secularizado	Parcialmente secularizado	Valores contrários aos princípios Franceses
46% dos muçulmanos franceses	25% dos muçulmanos franceses	29% dos muçulmanos franceses
Totalmente secularizados ou dentro desse processo.	Posição intermediária: orgulho de serem muçulmanos, mas aceitam o secularismo.	O grupo mais problemático. Maioria, jovens dos subúrbios que não estão em boas condições de emprego.
Entretanto, não negam a sua religiosidade no Islã.	Expressam sua filiação religiosa em espaços públicos, mas rejeitam o <i>niqab</i> (véu total) e a poligamia.	Mais definidos pelo uso que fazem do Islã para ecoar sua revolta e conservadorismo.

Fonte: The Montagne Institute (2016 apud Mendelski, 2022), traduzida e modificada pelo autor (2024).

O nível de adesão aos princípios franceses e a menor crença na fé islâmica, conforme apontado acima, se mostra como um dos elementos primordiais no processo integrativo dos muçulmanos na França. Internamente, aqui novamente, o véu e as vestimentas islâmicas voltam a ser uma das causas de maior tensão entre o Estado francês e a sua minoria muçulmana, pois a visibilidade desse simbolismo qualifica como uma crise da identidade nacional francesa extremamente secularizada (Mendelski, 2022).

Sarter (2012) salienta a integração como assimilação total aos valores franceses, acautelada majoritariamente pela classe política e pela opinião pública como um problema. A concepção de integração apresentada simboliza a adoção plena ao modo de vida francês, fomentando a maioria das práticas culturais e religiosas do Islã. Entre os principais laços defendidos para que sejam abandonados, o véu islâmico pelas mulheres muçulmanas se destaca pela sua especificidade e visibilidade. A questão do véu é vista, em sua maioria como resultado de uma livre escolha, fazendo comparações bastante dramáticas (ao assimilar à prostituição), para defender que existem escolhas que não são escolhas (Abdelkader, 2017).

Já acerca de como os muçulmanos se exercem identitariamente, um levantamento realizado pelo Le Figaro (2008) demonstra que entre a amostra pesquisada revela que 14% se identificam somente como franceses, 60% como franceses muçulmanos, 22% como somente muçulmanos, outros 4% foram abstenções. No que tange a existência de uma profunda hostilidade em relação à Isla na França, 66% das respostas foram positivas, equivalente a dois terços da amostra (Le Figaro, 2008).

Para Jampierre (2019), muçulmanos sempre foram vistos como inferiores na França, mesmo eles sendo cidadãos nativos nascidos no território. No geral, famílias muçulmanas têm a probabilidade aumentada de cair em faixas de rendimento mais baixas, enquanto as famílias cristãs, em geral, mantêm um rendimento mais elevado.

Como cidadãos, os muçulmanos recebem menos oportunidades em França em comparação com os cristãos e permanecem marginalizados dentro do Estado. Na França, existe uma clara diferença de classe socioeconômica entre cristãos e muçulmanos. Estudos mostram que o agregado familiar muçulmano típico ganha, em média, 400 euros menos por mês do que pode ser visto nos agregados familiares cristãos típicos em França (Jampierre, 2019, p. 21, tradução livre).

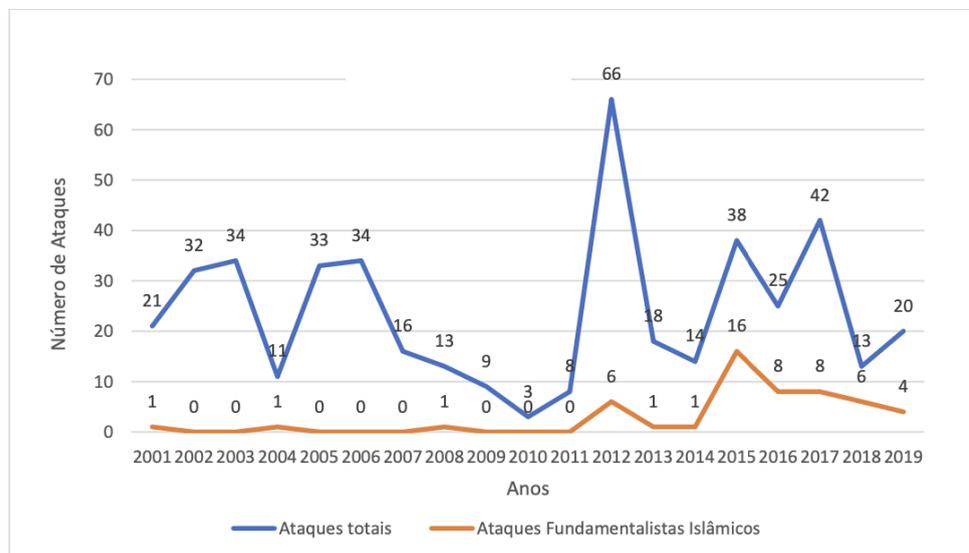
Portanto, os muçulmanos franceses enfrentam elevadas taxas de desemprego e lutam para encontrar emprego em tempo integral e de longo prazo, enfrentando elevados níveis de discriminação na busca de oportunidades de emprego comparado a candidatos cristãos, mesmo sendo igualmente qualificados. Além disso, aqueles que se encontram empregados, estão concentrados em postos profissionais menos qualificados (especialmente em trabalho nas fábricas, área de construção e indústria de automóveis). Ainda, dentro do seu ambiente de trabalho, a discriminação e o preconceito persistem, principalmente entre as mulheres que fazem o uso do hijab (Abdelkader, 2017).

A falta de exposição e conhecimento dos cidadãos franceses acerca da comunidade muçulmana, somado ao bombardeamento de reportagens e conteúdos sobre o extremismo islâmico violento nos meios de comunicação social e entretenimento, acabam gerando um sentimento de receio para que haja uma interação com os muçulmanos franceses e com o resto da população. Por esta razão, a crença que o terrorismo é o causador dos ataques islamofóbicos é abordada de forma muito superficial (Jampierre, 2019). Como dito por Pierre-Etienne Issoulié, um arquiteto parisiense de 22 anos para o *The French-Muslim Connection*, relatório do *Pew Research Center*, em 2006: “quando você vê seus amigos muçulmanos diariamente, você não pensa que as relações com os muçulmanos são ruins. Mas se tudo o que fazemos é ver televisão, a maior parte do que vemos são exemplos extremos do Islã” (Allen, 2006, tradução livre). Consequentemente, Hajjat e Mohammed (2023) argumentam que a islamofobia manifesta-se mais intensamente em interações violentas, geralmente quando envolve pessoas desconhecidas da vítima.

Com o início do século XXI, a França passou a ser constantemente ameaçada por ataques terroristas dentro de seu território (Figura 6). Em especial, os ataques ocorridos em 13 de novembro de 2015 (o maior no país desde a segunda guerra), no qual aproximadamente

130 pessoas foram vitimadas, eferveceram a capacidade do governo em combater veementemente o terrorismo, associando amplamente as ocorrências dos ataques ao fundamentalismo religioso proveniente do Islã. Diante das constantes tentativas de terrorismo, a França inicia o estabelecimento de uma lógica de securitização⁴ na consolidação do estado de emergência. A justificativa para o estabelecimento dessa ação emergencial se deu em prol da segurança pública e restrição das liberdades individuais, principalmente da comunidade muçulmana, em que seus direitos passaram a ser ignorados sob a justificativa de representarem um risco à sociedade (Lima, 2022).

Figura 5 - Evolução dos ataques terroristas na França (2001- 2019)



Fonte: Lima (2022) com base nos dados do Global Terrorism Database (2022).

Observando a Figura 5, percebe-se como o território francês esteve suscetível a ataques terroristas. O ano de 2015 apesar de não ser o pico em quantidade de ataques, é o quando houve os maiores e mais brutais dos ataques (Lima, 2022), o que levou à entrada do estado de Emergência. Acerca deste, Mavelli (2018 *apud* Lima, 2022) o postula como uma decisão baseada na securitização do fundamentalismo religioso dentro das fronteiras territoriais. Em suma, esse processo no território francês que transcende esferas societais, políticas, militares e econômicas, provido da ideia que coloca a França como uma defensora da secularidade. Sobre essa questão, Lima (2022, p. 40) disserta que:

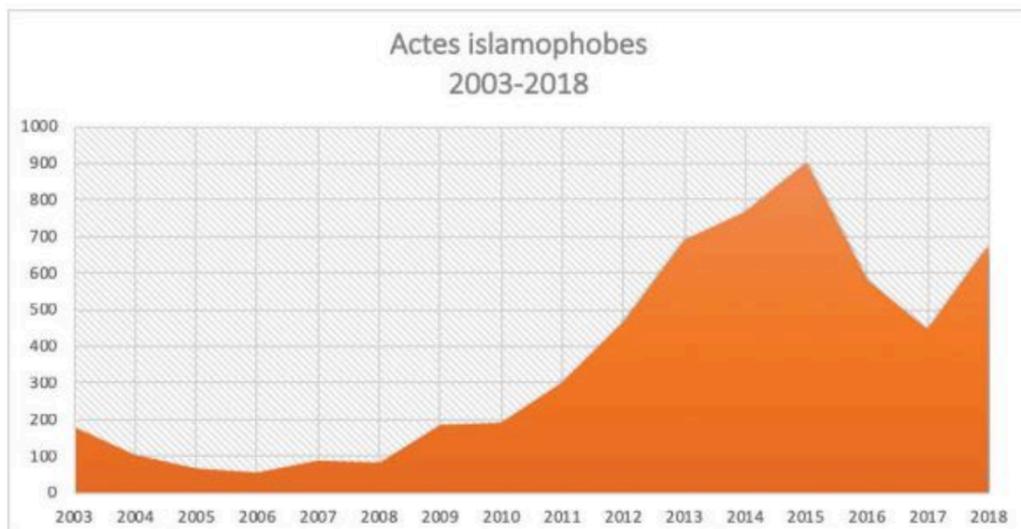
⁴ Inserida dentro do escopo dos estudos críticos de segurança pela Escola de Copenhague em 1985 pelos pesquisadores Barry Buzan e Ole Waever. O pressuposto principal da securitização é definir uma ameaça a ser combatida, que foi sendo socialmente construída (Stritzel 2014).

o objetivo da securitização é deslocar um assunto que permeia as esferas normais dos assuntos na sociedade, para a esfera da segurança, consistindo em medidas capazes de gerar uma ação extraordinária representam a tentativa do governo francês de frear a disseminação de atentados terroristas no interior do país, através de decisões que restringem a capacidade e a liberdade de ir e vir dos indivíduos.

Ainda de acordo com Lima (2022), o alarmismo desencadeado pelo governo francês e a assimilação do terrorismo com os muçulmanos inundam as camadas sociais, levando-as à uma estigmatização das características fenotípicas e uma visão discriminatória da comunidade islã pressupondo o radicalismo religioso após a implementação do Estado de Emergência. Assim, os grupos muçulmanos ficam marcados como ameaças existenciais socialmente, pois para os franceses, eles impactam no funcionamento da sua coletividade. Logo, a situação, além de ser empregada pelo Estado francês, Jampierre (2019) atesta que as circunstâncias vêm sendo alimentadas por outros grupos (como agentes coadjuvantes), sendo eles a ultradireita e a mídia, reforçando estereótipos e deixando o público interpretar os muçulmanos através de sua própria compreensão de religião e cultura.

Com o exposto, o governo francês é incapaz de conter a incidência de atos islamofóbicos, visto que, em muitas das vezes, ele também é o propagador dos referidos atos. Em adição, o auxílio a integração dos muçulmanos tão pouco é realizado na esfera societal, pois há escassez de qualquer acolhimento a essa comunidade minoritária na França (Lima, 2022). A falta de acolhimento, seja do Estado ou da sociedade, especialmente quando a questão muçulmana se tornou uma lógica securitizada (pondo a cultura islã como algo a ser combatida), durante o estado de emergência em 2015, onde acontece o ápice dos atos islamofóbicos no país conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 - A evolução da islamofobia na França (2003 - 2018)

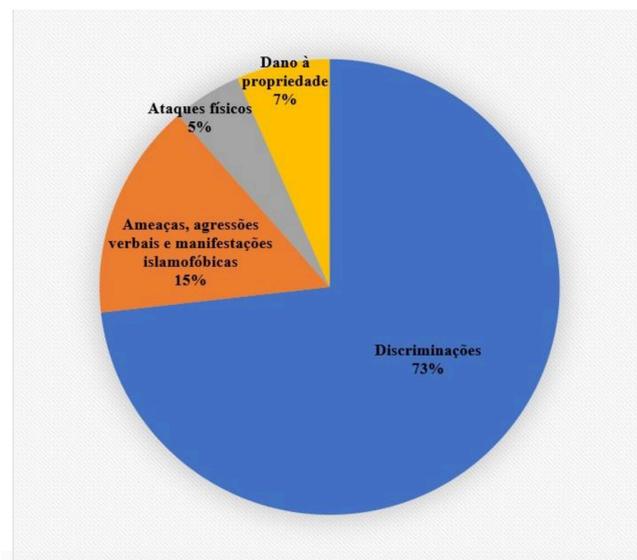


Fonte: CCIF - Collectif contre l'islamophobie en France (2019 apud Lima 2022).

Ao analisar as Figura 6, é possível perceber o maior número de casos de atos islamofóbicos, diretamente relacionados com a implementação do estado de emergência. As medidas adotadas no âmbito do estado de emergência na França, em prol da suposta proteção contra o fundamentalismo religioso, dificultou ainda mais o acesso da comunidade muçulmana a ofertas de trabalho, frequência nas instituições de ensino, além de ter promovido uma opressão da expressão da cultural islâmica e suas crenças religiosas (Lima, 2022).

Independente da maneira pela qual a islamofobia é expressa, o fenômeno é alimentado por vários processos de alteridade e categorização, podendo sua execução assumir uma gama uma de formas diferentes como incêndio, vandalismo, ocupação, profanação, etc., seja contra mesquitas, cemitérios, lojas e outros locais de negócios geridos por muçulmanos ou contra os próprios indivíduos, com a supressão de sua identidade, falas e atitudes preconceituosas (Hajjat; Mohammed, 2023). A Figura 7 mostra justamente os tipos de islamofobia sofridas pelos muçulmanos reportadas entre os anos de 2005 a 2018, sendo a discriminação a maior representante delas, correspondendo a quase cerca de 3 quartos de todos os casos levantados.

Figura 7 – Tipos de ocorrências islamofóbicas (2005 - 2018)



Fonte: Mendelski (2022) com base nos nos relatórios anuais sobre islamofobia da CCIF (2005-2011), OSCE⁵ e ODIHR⁶ (2016-2018).

Destarte, a afirmação advinda da cristandade, perpassando pela islamofobia, na normalização do discurso “nós” contra “eles” é colocado por Mendelski (2021), como um verdadeiro desafio à laicidade e secularidade, pois tem deixado de ser um símbolo de liberdade religiosa e não interferência da religião na política para se tornar um processo econômico, político, histórico e cultural que resulta na marginalização dos muçulmanos franceses. Há, então, um desgaste na democracia liberal francesa pelos ideia nacionalistas, populista e xenófobos que buscam um culpado como bode expiatório, dando cara a islamofobia como uma instrumentalização de um processo de implantação de políticas fascistas aprofundadas, à medida que o discurso anti-muçulmanos e anti-islã vem sendo normalizados (Mendelski, 2021).

3.1. Tornando a islamofobia tangível

Ao entender que a islamofobia descreve uma série de casos, pode-se afirmar, de fato, que os muçulmanos enfrentam um cenário impregnado de preconceito variado. Essa discriminação acontece por ataques online nas redes sociais, agressões físicas devido a uma inerente animosidade manifestada contra a religião islâmica ou os seus adeptos, ataques contra instituições religiosas mesquitas ou qualquer outro estabelecimento similar ligado ou pertencente a religião islâmica ou algum de seus praticantes (Lean, 2019).

Nas palavras do *Colectif contre l'islamophobie en France* - CCIF (2014 apud Lima, 2022) os atos islamofobicos podem ser praticados tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, entretanto, no cenário político francês, o Estado (na ala governamental) sempre está à frente ao se tratar de adoção de medidas de discriminação contra os grupos muçulmanos, fazendo com que a discriminação aconteça em quase todos os ambientes e esferas da sociedade.

Para Sayyid (2019), aqueles que são a favor do uso da categoria da islamofobia argumentam que o termo é um meio de descrever situações que de outra forma não seriam relatadas e ignoradas.

O significado do termo não poderia ter sido compreendido analiticamente, na decomposição de suas partes constituintes, mas sim pela observação da gama de

⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do inglês *Organization for Economic Cooperation and Development (OSCE)*

⁶ Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos, do inglês *Office for Democratic Institutions and Human Rights (ODIHR)*.

seus usos. [...] as várias ações e atitudes que são mais comumente descritas como abrangidas pelo termo [...] são simplesmente o tipo de coisas que podem ser descritas como islamofóbicas. (Sayyid, 2019, p. 15, tradução livre)

Assim, objetivando mensurar as análises em torno da islamofobia inerente em um tomadores de decisões para que medidas a respeito sejam tomadas contra esse atos islamofóbicos, Sayyid (2019) propõe traçar um repertório de tipos de comportamentos que podem ser potencialmente compreendidos por meio da implantação de categorias dentro do escopo da islamofobia. Em sua categorização, Sayyid (2019) agrupa as atividades islamofóbicas em 6 grupos principais (Quadro 2).

Quadro 2 – Categorização das práticas islamofóbicas propostas por Sayyid (2019)

Grupos	Descrição
Manifestação de ataques a pessoas consideradas muçulmanas.	Ataques realizados por indivíduos aleatórios ou grupos organizados. Incluem: ataques a pessoas consideradas muçulmanas. Algo comum a todos estes incidentes é que eles têm como alvo os muçulmanos, a violência não é provocada e ocorre em locais públicos.
Realização de ataques a propriedades consideradas ligadas aos muçulmanos: mesquitas, cemitérios e instalações comerciais.	Os ataques podem incluir vandalismo (janelas partidas, lançamento de cabeças de porco em mesquitas, pichações), incêndio criminoso e profanação de sepulturas muçulmanas.
Atos de intimidação	Inclui-se aqui: as marchas através de áreas com grandes populações muçulmanas, campanhas publicitárias alertando sobre o perigo do Islã, bem como a queima do Alcorão ou qualquer símbolo religioso do Islã ou manifestações contra a construção de mesquitas ou centros culturais.
Tratamento menos favorável em contextos institucionais.	Assédio, intimidação, piadas incisivas, distribuição de tarefas e avaliações de desempenho onde são sujeitos a tratamento ou comentários adversos ou até mesmo um código de vestimenta que coloque um fardo maior sobre aqueles que são considerados muçulmanos do que sobre outros funcionários em a mesma organização, estando abarcadas no âmbito estatal ou privado. Esse grupo da classificação, não trata necessariamente de um projeto já definido, mas é marcado pela ausência de legislação ou cultura anti-discriminação robusta, que carecem da inclusão de muçulmanos no âmbito de tais medidas.
	Insinuar polêmicas cristãs medievais como a verdade sobre o Islã ou fazer associações a crimes específicos

Elaboração sustentada e sistemática de comentários no domínio público que menosprezam os muçulmanos e/ou o Islão.	como influenciados pelo Islã ou pela cultura muçulmana. A articulação se daria em torno do ódio difundido na internet, sites, jornais, revistas ou outros meios de comunicação. Outro conjunto a ser incluído seriam na motivação das políticas e opiniões públicas intervenções e regulamentações estatais e, também aquele conjunto de suposições e crenças errôneas presentes em qualquer sociedade.
Intensificação da vigilância das populações muçulmanas.	Grupo marcado pelo uso da tecnologia, agentes provocadores, informadores pagos e polícia secreta (agências estatais encarregadas de procedimentos operacionais clandestinos) e a presença de um desfavorecido sistema de justiça criminal (seja no resultado de sentenças ou na frequência com que são parados e revistados por agentes policiais). Nas políticas estatais também pode haver uma restrição a expressão da identidade muçulmana – ao limitar a construção de mesquitas e regular o vestuário muçulmano.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sayyid (2019).

Dos 6 conjuntos mencionados, os cinco primeiros tendem a ser praticados por indivíduos ou organizações (sejam privadas ou públicas), o Estado teria papel como facilitador ao possuir uma negligência benigna ou se recusar em viabilizar resguardos adequados na contestação de tais incidentes, mas não encontra-se envolvido de forma ativa e aberta. No entanto, existem outros aspectos de atividades islamofóbicas, como descritas no último conjunto, nas quais o Estado, pelos seus governantes e funcionários, desempenha um papel mais presente e explícito (Sayyid, 2019).

Utilizando os 6 conjuntos propostos por Sayyid (2019), para o presente objetivo deste trabalho, foi buscado sistematizar de forma mais simplificada esses conjuntos a fim de pontuar brevemente alguns exemplos de como essas categorias islamofóbicas ocorrem na França. Para tanto, os seis grupos foram transformados em 4 — Agressão Estatal ou Governamental, Agressões Físicas Diretas e Discriminatórias, Agressões à Propriedades e Agressão Simbólica ou de Percepção — e serão demonstrados nas subseções a seguir.

3.1.1 Agressão Estatal ou Governamental

Para a identificação da Agressão Estatal ou governamental, a criação de leis ou imposições que dificultam a vida de muçulmanos, foram postas como foco principal para essa questão. Dito isso, a violência vinda do Estado pode ser retomada ao elencar pontos presentes

no capítulo 3 deste trabalho. A declaração do estado de emergência em 2015, por si só, é um dos exemplos a serem mencionados, visto que, no período, a França foi o país europeu que mais realizou prisões de suspeitos (maioria muçulmanos) alegando estarem envolvidos em atos terroristas (Mendelski, 2018; Europol, 2015; 2016; 2017 *apud* Mendelski, 2022).

Outro ponto concerne à construção de mesquitas, em especial aquelas com proeminentes símbolos ou elementos religiosos, onde é imposto um fechamento forçado ou se restringe suas construções. Estes lugares são vistos frequentemente como como uma declaração política de hegemonia islâmica na tentativa de domínio cultural, ao invés de simples tentativa de criar um local de culto (Abdelkader, 2017).

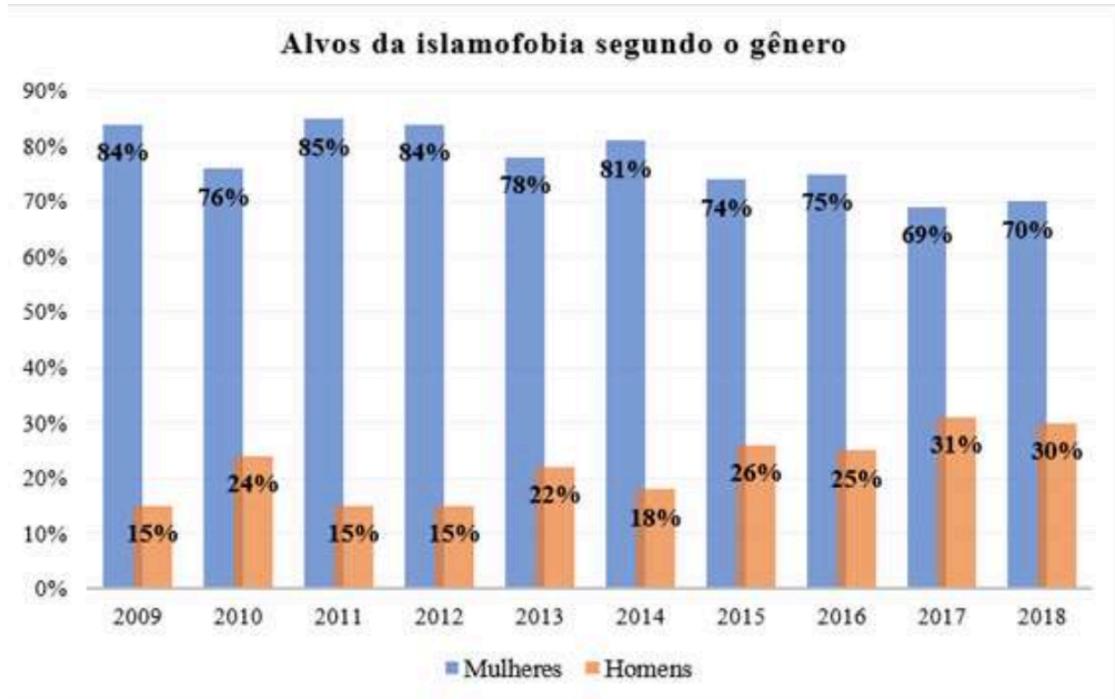
E por último, mas não menos importante, a proibição das vestes muçulmanas consolidadas por meio de três leis: a lei 2004-228 (proibição de qualquer símbolo ou adereço religiosos em espaços públicos, especialmente nos ambientes educacionais), a lei 2010-1192 (proibição do véu facial completo, ou qualquer outro tipo de roupa destinada a ocultar o rosto), e leis municipais de 2016 sobre o burkini, um de traje de banho desenvolvidos para mulheres muçulmanas, que cobrem cobre o corpo inteiro excetuando-se o rosto, as mãos e os pés (Mendelski, 2021).

Mendelski (2021) atesta que essas medidas impactaram diretamente a comunidade muçulmana, na expressão de sua cultura e identidade por meio da suas vestimentas tradicionais (hijab, véu integral e burkini), restringindo certas liberdades individuais, amplificadas durante o estado de emergência. Ademais,

Existem muitos depoimentos de testemunhas que descrevem ataques verbais, atos humilhantes nas ruas perpetrados por estranhos que insultam, cospem e ordenam às mulheres que tirem os lenços de cabeça, ou mesmo que os tirem elas próprias. Os agressores dizem por vezes que o fazem em nome da “lei” ou da “laicidade”, impondo assim uma versão pessoal e brutal destes conceitos. (Hajjat; Mohammed, 2023, p. 26, tradução livre)

A necessidade da não visibilidade desses adereços se faz tão essencial na mentalidade dos cidadãos franceses, que a maioria dos ataques islamofóbicos, de 2009 a 2019, são, em sua maioria, direcionados às mulheres muçulmanas, ficando sempre dentro da faixa entre 69% a 85% (Figura 8). Indo mais afundo, Lima (2022) ainda alerta para que outras medidas dentro do escopo das leis, no que tange ao fundamentalismo islâmico, evidencia o confisco de bens e até mesmo a prisão justificadas pela existência de um suposto financiamento de atividades terroristas.

Figura 8 – Alvos da Islamofobia na França por gênero (2009-2019)

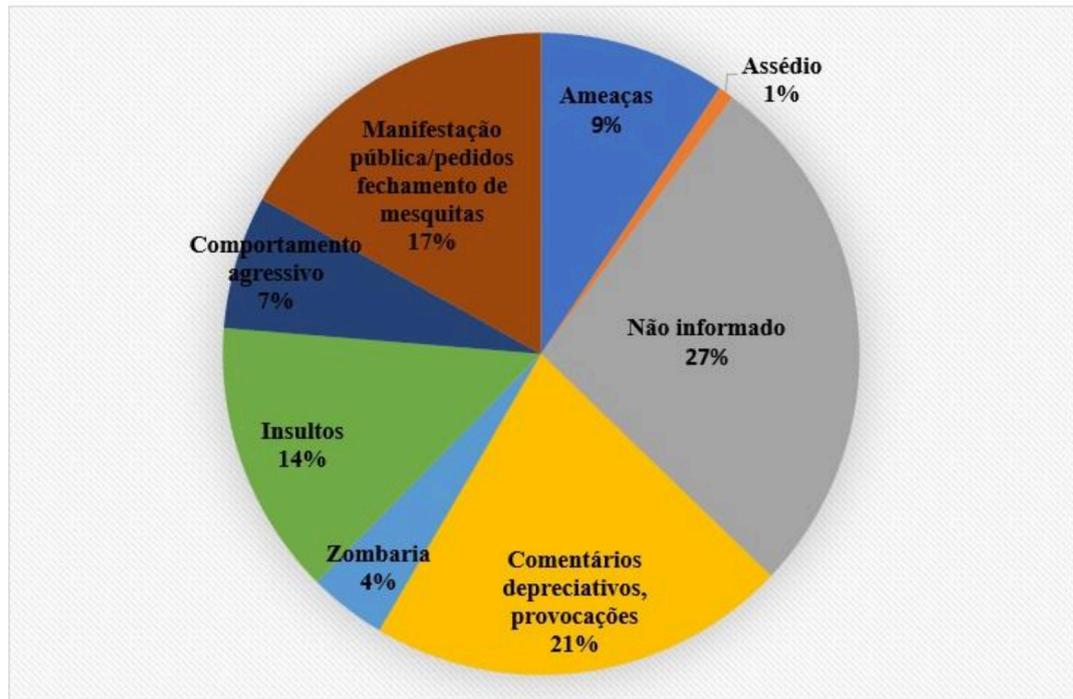


Fonte: Mendelski (2022) com base nos relatórios anuais sobre islamofobia da CCIF (2019).

3.1.2 Agressões discriminatórias

Nessa seção, o foco é dado na forma como se distribuem as atitudes discriminatórias direcionadas aos muçulmanos da França de acordo com os casos de agressão reportadas (Figura 9). O gráfico foi formulado a partir dos dados coletados e sistematizados por Mendelski (2021) a partir da somatória dos relatórios anuais do Coletivo contra a islamofobia na França - CCIF (2005 a 2011), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OSCE e Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos ODIHR (2016-2018). O que traz notoriedade na observação, é a multiplicidade de maneiras que a islamofobia é empregada neste tópico.

Figura 9 – Tipos de agressões verbais, ameaças e comportamentos discriminatórios voltados aos muçulmanos (2005-1001; 2016-2018)



Fonte: Mendelski (2022) com base nos nos relatórios anuais sobre islamofobia da CCIF (2005-2011), OSCE⁷ e ODIHR⁸ (2016-2018).

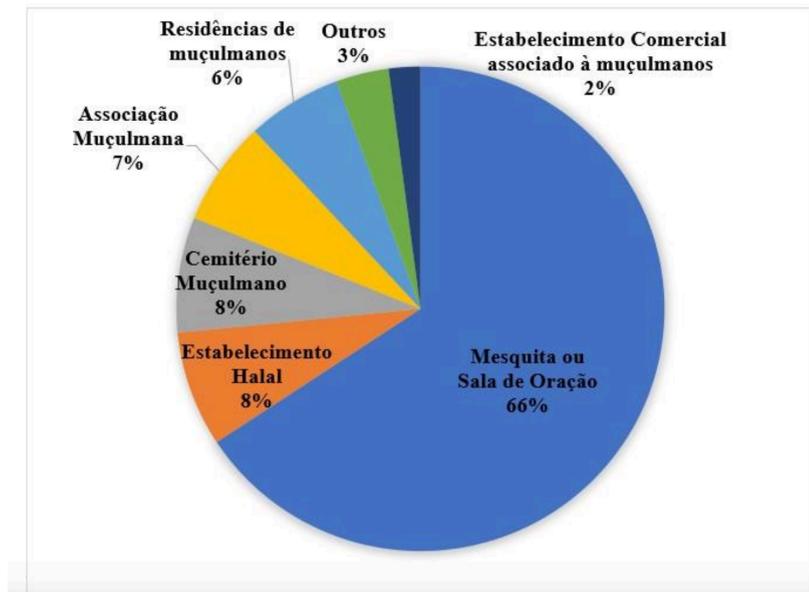
3.1.3 Agressões a Propriedades

No que tange a agressões à propriedades ligadas ao Islã lugares dos ataques reportados (Figura 10) e como eles ocorreram (Figura 11) demonstra-se que as mesquitas ou as casas religiosas são os principais alvos desses ataques, correspondendo a 2 terços do total. Noções como essa são importantes para que perspectivas sejam traçadas para identificar onde são os pontos mais atingidos e como buscar controlá-los.

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do inglês *Organization for Economic Cooperation and Development (OSCE)*

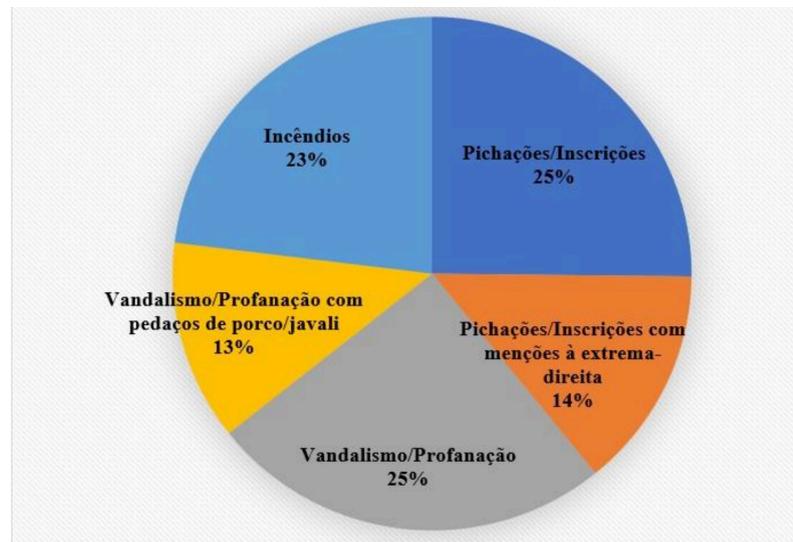
⁸ Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos, do inglês *Office for Democratic Institutions and Human Rights (ODIHR)*.

Figura 10 – Alvos dos ataques à propriedade muçulmanas (2005-1001; 2016-2018)



Fonte: Mendelski (2022) com base nos relatórios anuais sobre islamofobia da CCIF (2005-2011), OSCE e ODIHR (2016-2018).

Figura 11 – Tipos dos ataques à propriedade muçulmanas (2005-1001; 2016-2018)



Fonte: Mendelski (2022) com base nos relatórios anuais sobre islamofobia da CCIF (2005-2011), OSCE e ODIHR (2016-2018).

3.1.4 Agressão Simbólica ou de Percepção

Por fim, a agressão simbólica ou de percepção foi tratada aqui pela forma de como a opinião pública dos franceses vêem os muçulmanos e a sua cultura presente na França como

uma representação de ameaça. Como relação a imigração e presença muçulmana na França, Bila (2019) pronuncia que de acordo com as pesquisas de opinião públicas realizadas em solo francês em 2017, demonstraram que do total de entrevistados, 65% sentem que há uma presença demasiada de estrangeiros muçulmanos na França, 60% afirmaram que já não se sentem mais em “casa” na França e apenas 40% consideraram que a forma como o Islã é praticado na França como compatível com os valores da sociedade francesa. O que as três porcentagem expõe nada mais é que um sentimento de que os franceses estão perdendo seu lugar na sociedade, mesmo que os muçulmanos sejam uma minoria dentro do país.

Da mesma perspectiva, a pesquisa de opinião realizada pela *Chatham House* (2017) apontou que 61% dos franceses queria a parada imediata da imigração advinda de países muçulmanos. Ainda em 2017, o jornal francês *Le Monde*, revelou que 78% dos entrevistados acreditavam que a cultura Islã fazia a tentativa de imposição de seu modo de vida aos outros indivíduos.

Além disso, uma pesquisa levantada pelo *Pew Research Center* (2016), aponta que 46% dos franceses pesquisados têm receio de refugiados vindos de países muçulmanos com medo da probabilidade do aumento do terrorismo em seu país; enquanto que 53% por cento temiam a perda de postos empregos e benefícios sociais pela chegada dos refugiados. Além disso, 52% acreditam que os muçulmanos não querem integrar-se aos valores da sociedade francesa, enquanto 29% consideram o grupo sob uma luz negativa. Por conseguinte, as estatísticas representam uma visão de preocupação com a presença dos costumes do Islã, talvez uma das principais causadoras de incidentes islamofóbicos e as dificuldades para resolução desses problemas.

Com o exposto, é perceptível que “a islamofobia foi cristalizada em termos dos seus principais agentes, argumentos e atitudes. [...] a invenção da islamofobia permite a análise de diversas formas de violência, violações, discriminações e subordinações dirigidas aos muçulmanos” (Sayyid, 2014, p. 19-20, tradução livre). Diante disso, a França se posiciona como um país onde a islamização é explicitamente proclamada e praticada, tendo o Estado como um dos seus principais atores.

Destarte, autores como Nicolas Lebourg (2016), Killian Jampierre (2019) e, Louati e Syeda (2022) analisam que à medida que a islamofobia vem adentrando o cenário político nestes últimos 20 anos, a extrema direita é uma das principais forças ideológicas que persiste na negação na expressão dos direitos individuais. Entretanto, apesar desse nacionalismo excludente estar mais concentrado politicamente do lado extremo da direita, essa exclusão tem se espalhado para outros setores da sociedade, como veremos no próximo capítulo.

4. A RADICALIZAÇÃO DA ULTRADIREITA FRANCESA

Desde a Revolução Francesa, a política passou a ser marcada por um conjunto de dois grupos opostos denominados de Direita e Esquerda, como defendido por Norberto Bobbio (2011). Para ele, os dois grupos políticos passaram a ser considerados auto-excludentes, uma vez que nenhum movimento pode pertencer a ambos os lados, simultaneamente. Como proposta de distinção fundamental, principalmente no que tange ao ideal de igualdade, Bobbio (2011) pontua a pretensão de salvaguardar a tradição para a direita, enquanto para a esquerda, em contraposição, há uma ideia de liberdade emancipatória.

A postura política e social dominante presente na França transcende esses dois campos políticos tradicionais, pois a questão identitária é defendida por funcionários dos mais altos cargos do Estado e uma parcela substancial das elites intelectuais indo desde a extrema-esquerda à extrema-direita (Zia-Ebrahimi, 2020). No que diz respeito à Islamofobia, Louati e Syeda (2022) discutem sobre como direita e esquerda, em seus sucessivos governos, têm convergido em torno da nova laicidade, violando continuamente as premissas originais da laicidade (de liberdade de credo, sem intervenção na política pela religião) em relação às comunidades muçulmanas. Sob essa ótica, ambas as correntes compartilham a crença comum de que os muçulmanos, como na era colonial, não devem se organizar, ter voz e visibilidade publicamente (Louati; Syeda, 2022).

Os governos franceses, sejam eles de esquerda ou de direita, implementaram políticas para abordar a integração de imigrantes na sociedade, mas não conseguiram conter a marginalização e a discriminação dos jovens muçulmanos como previam suas promessas (Bila, 2019). Portanto, Bila (2019) enfatiza que, a vida nos subúrbios, sem empregos e perspectivas financeiras, faz com que os muçulmanos sejam representados, desde a década de 1980, como causadores da criminalidade e insegurança no país aos olhos dos demais segmentos da população francesa.

Assim, a validação do sentimento anti-muçulmano advindo de discursos intelectuais e políticos possibilita a construção de uma base teórica e ideológica para justificar o preconceito direcionado aos muçulmanos, não apenas entre políticos populistas e de extrema-direita. Perante a cultura e a identidade francesa, antes estáveis e homogêneas, os políticos reforçam uma visão de nação branca e cristã, opondo os nativos franceses aos inimigos internos imaginários (Bila, 2019). Para Peace (2019), uma suposição rotineira que se tem sido cada vez mais presente no debate político francês é a busca pela garantia dos direitos liberais

individuais, tendo foco nas mulheres e na comunidade LGBTQ⁹, frente à cultura muçulmana, enfocando-a como misógina e intolerante. Dentre as pautas, o véu e as vestimentas muçulmanas converteram-se em um dos maiores pontos de destaque, pois são vistas como uma imposição de uma ordem patriarcal às mulheres muçulmanas e a estereótipos terroristas errôneos.

Tendo isso em vista, o principal motivo para centralizar este estudo na Ultradireita, além da crescente desses movimentos na política desde 2001, se dá também por duas constatações feitas por Peace (2019). A primeira é que não se pode comparar, de forma simplista, a esquerda francesa como inerentemente racista nos pilares de sua ideologia característica, assim como acontece com a Ultradireita. Já a segunda versa sobre a coesão da pauta presentes em ambos os lados, pois a islamofobia - e todas as controvérsias relacionadas com os muçulmanos na França - é uma questão que divide o lado do espectro político de esquerda. Logo, a uniformização ideológica da direita extremista em torno da Islamofobia tende a favorecer uma maior rede de coligação e vitórias políticas na sua própria perpetuação e de projetos de governo.

4.1 A ultradireita francesa: definição, ideologia e articulações

A Ultradireita se caracteriza como o progresso de movimentos hostis na política, violentos ou não, como enfatizado por Cas Mudde (2000; 2019), em que se associam ao menos três dos seguintes temas em suas pautas: nacionalismo, racismo, xenofobia, anti-democracia e autoritarismo, na criação de uma hierarquização social. Mudde (2019) alega uma divisão da Ultradireita em dois aspectos: a direita radical e a extremista. A primeira rejeita vínculo com o fascismo e convive com aspectos democráticos; entretanto, se opõe ao pluralismo da democracia (como direito das minorias, o estado de direito e a separação dos poderes), ao multiculturalismo e à igualdade adotada pelo modelo social liberal. A segunda, em contraposição, se mostra totalmente incompatível com os valores democráticos, e faz ameaças constantes à constituição e ao ordenamento jurídico vigente por meio de medidas autoritárias e violentas.

Dentre as premissas ideológicas básicas da ultradireita pode-se citar, como uma das principais, o tradicionalismo. Para Sedgwick (2004), o tradicionalismo se trata de um movimento conservador que visa a manutenção de valores antigos que vêm sendo esquecidos pela modernidade, em vez de terem seus pressupostos transmitidos de uma geração para

⁹ Sigla que engloba Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queers.

outra; sendo assim, “um ‘tradicionalista’ é possivelmente uma pessoa nostálgica [...] que prefere determinada prática estabelecida a algo que a substituiu” (Sedgwick, 2004, p. 21, tradução livre).

Nesse sentido, a ultradireita apropria-se de narrativas baseadas na política facista de trazer à tona a destruição de um passado glorioso irreal, ameaçado pelo globalismo e por valores universais, que acoberta momentos sombrios e os substitui por pensamentos criados em torno uma ilustre história nacional, pautada no autoritarismo e na hierarquização social para o desenvolvimento da civilização. Assim, esse passado fictício adota os papéis tradicionais e separa em grupos sociais aqueles que são adeptos desses papéis daqueles que não são, muitas das vezes evocando um líder como pai da nação, que utiliza de seu poder ‘legal’ para consolidar e difundir esses ideais (Stanley, 2018).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, tornou-se recorrente existir um sentimento anti-facista permeado na cultura europeia; entretanto, tal aversão não foi suficiente para frear totalmente o reaparecimento e disseminação dessas ideias (Mudde, 2000; 2019). Em sua argumentação, Cas Mudde (2019) alega que esses movimentos extremistas têm buscado se tornar mais moderados nos seus discursos, a fim de alcançar uma maior aprovação popular e se encaixar nas condições nacionais e internacionais. Ainda de acordo com Mudde (2019), a evolução dessa suavização pode ser dividida historicamente em 4 ondas (Quadro 3):

Quadro 3 - Descrição das 4 ondas da ultradireita

Ondas da ultradireita	
1° onda (1945 - 1955)	Composta por um pequeno grupo de fascistas que permaneceram fiéis às causas autoritárias e trabalhavam às margens da sociedade, pois enfrentam hostilidade dos governos europeus e uma resistência popular devido ao seus nacionalismos exacerbados.
2° onda (1955 - 1980)	Caracteriza pelo levante de uma ala de direita populista que criticavam as condições do pós-guerra, além de possuírem um perfil neoliberal, contra uma forte atuação governamental e altos impostos, frente as políticas de Bem-Estar na Europa no âmbito social, político e econômico.
3° onda (1980 - 2000)	Vinculada a um crescimento da direita radical que ia lentamente alcançando posições nos parlamentos nacionais. Abandonam o teor anti-democrático e focam na construção de políticas de caráter ético, nacional e homogêneo, em um contexto na alta do desemprego e no fluxo de imigração para Europa. Seu sucesso eleitoral foi limitado permanecendo fora do foco político principal.
	A ultradireita se torna um fenômeno natural e recorrente espalhado por todo

4° onda (2000 - presente)	o globo, no qual ideias e narrativas extremistas mais moderadas vêm sendo normatizadas e aceitas, eleitoral e midiaticamente, com os partidos da direita radical e populista, o que não acontecia anteriormente.
----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base na argumentação de Mudde (2019).

A recente entrada no foco político, eleitoral e midiático conquistada pela quarta onda ganha força com a presença de três ‘crises’ ocorridas no século XXI: (1) a guerra contra o terror (pós-11 de setembro de 2001), (2) a recessão financeira de 2008 e (3) os deslocamentos de refugiados (aumentados em 2015). As três crises influenciaram a difusão global do escopo da ultradireita, onde as narrativas se tornaram bastante heterogêneas, entretanto, apresentando em comum a oposição à modernidade e os valores progressistas e liberais globais (Mudde, 2019).

Essa oposição à expansão de pautas inclusivas e vindas do liberalismo é fundamentada por Alexander (2018) como uma tentativa de se colocar como uma ‘direita alternativa’, mesmo que ainda se aproprie disfarçadamente do maquinário extremista. Há, então, uma tentativa de simplificar uma dicotomia entre o bem (‘nós’) e o mal (‘os outros’) - em uma semiótica de ameaça e perigo contínuo.

Por fim, de maneira geral, Mudde (2019) atesta 3 pilares principais que se encontram ligados à ideologia de Ultradireita. (a) O populismo — clamor a um líder que exerça a legitimidade do poder para satisfazer a vontade do povo contra as elites corruptas; (b) o nativismo — um nacionalismo racista e xenófobo que visa excluir membros que não se encaixam a um determinado grupo imaginariamente construído; e (c) o autoritarismo — tradição e disciplina em prol da segurança coletiva contra crimes e ameaças (principalmente de não-nativos), centralizando em um líder o papel de protetor.

No continente europeu, ao se referir a movimentos islamofóbicos e anti-imigração (especialmente de muçulmanos), o nativismo presente na Ultradireita se torna uma ferramenta central para culpabilizar a imigração e os muçulmanos pelos problemas que os Estados enfrentam. É sobre essa perspectiva que Golder (2016) pontua a criação dos discursos e ações que levam à ideia de colocar seu próprio povo em primeiro lugar, ao invés de estrangeiros, nos benefícios do bem-estar social, diante da ausência de ofertas de emprego e moradia, por exemplo. Outras pautas levantadas pela Ultradireita europeia incluem a questão da segurança, cultura e independência; por isso que para Kałabunowska (2019), muitos partidos extremista de direita atacam a União Europeia como a personificação de ideias globalistas que geram

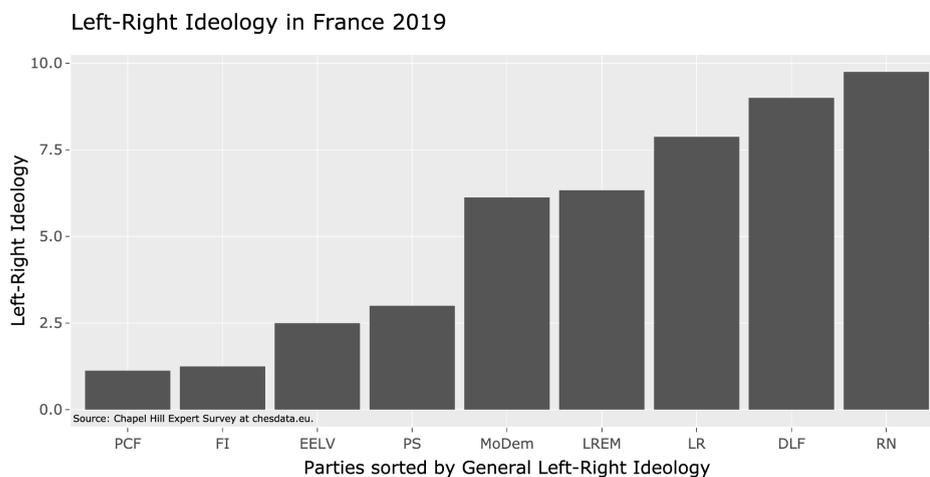
problemas econômicos e controle fronteiriço, pela sua condução do bloco nos repasses orçamentários e de suas políticas de compartilhamento de refugiados.

Seguindo a mesma direção, Peace (2019) situa a o espectro político de direita como a vanguarda na propagação da islamofobia, seja por parte partidos políticos, dos meios de comunicação ou da suas figuras públicas. O islã se consolidou como o alvo primordial dentro do desenvolvimento de uma direita extremista europeia mais “modernizada” (não sendo diferente na França), cujo radicalismo se redireciona para a defesa dos valores liberais ou o Estado de bem-estar europeu contra a “invasão islâmica” (Benveniste; Pingaud, 2016).

As informações e características já mencionadas referentes à ultradireita, na França, podem ser elucidadas ao utilizarmos os dados coletados pelo CHES - *Chapel Hill Expert Survey* (2022) em torno de algumas variáveis. No ano de 2019, nove partidos políticos foram analisados, sendo eles: o *Parti Communiste Français (PCF)*; o *La France Insoumise (FI)*; o *Europe Écologie - Les Verts (EELV)*; o *Parti Socialiste (PS)*; o *Mouvement Démocrate (MoDem)*; o *La République En Marche (LREM)*; o *Les Républicains (LR)*; o *Debout la France (DLF)*; e o *Front National/Rassemblement national (FN/RN)*. Visando atender o direcionamento deste trabalho, 6 (seis) variáveis foram selecionadas: (1) Ideologia Esquerda-Direita; (2) Nacionalismo; (3) Multiculturalismo; (4) Minorias Étnicas; (5) Política de Imigração; e (6) Retórica Anti-Islâmica.

No que se refere à primeira variável — Ideologia Esquerda-Direita — será analisada a posição dos partidos pesquisas quanto a sua posição ideológica política geral (Figura 12), no qual o 0 (zero) representa a extrema esquerda, o 5 (cinco) representa o centro e o 10 (dez) representa a extrema-direita.

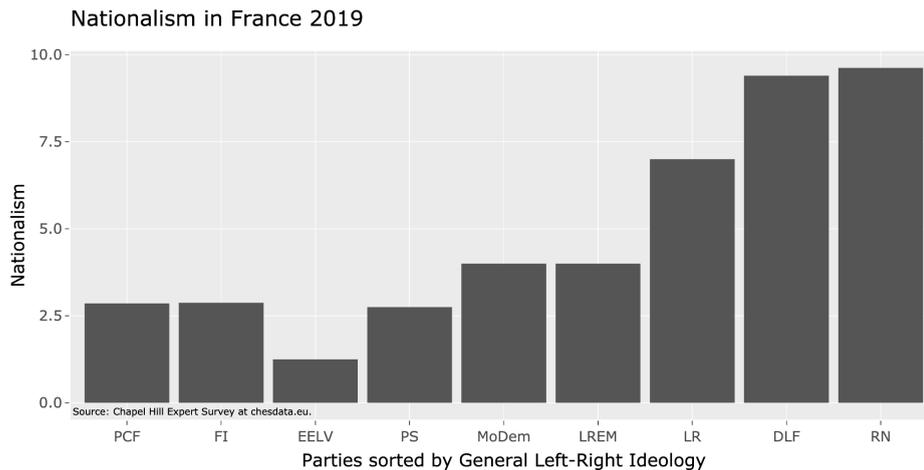
Figura 12 - Ideologia Esquerda-Direita na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2022)

Na segunda variável — Nacionalismo — se analisa a posição dos partidos pesquisados face ao cosmopolitismo versus nacionalismo (Figura 13). O 0 (zero), representa a forte promoção de concepções cosmopolitas de sociedade. Já o 10 (dez), representa a forte promoção de concepções nacionalistas da sociedade.

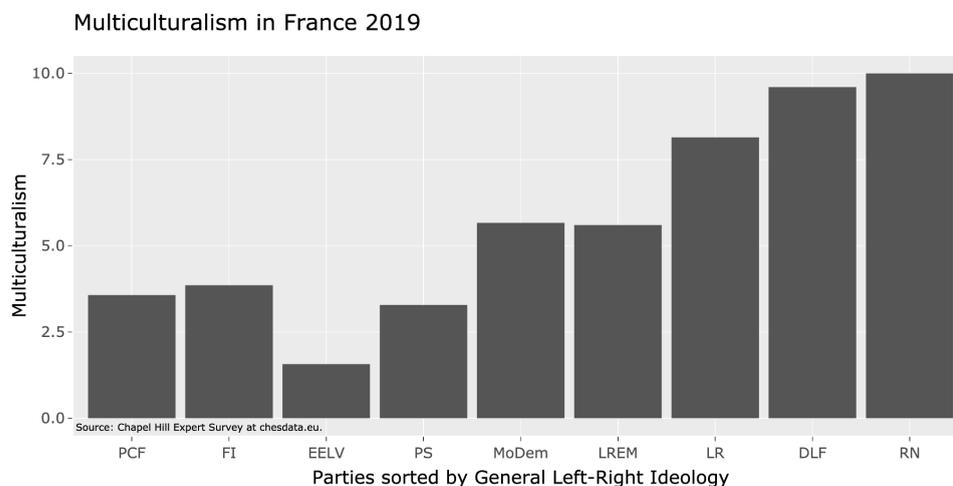
Figura 13 - Nacionalismo na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2022)

Na terceira variável — Multiculturalismo — a análise se debruça em torno da posição dos partidos diante da integração de imigrantes e requerentes de asilo (Figura 14). O zero representa o forte favorecimento ao multiculturalismo (diversificação cultural e racial) e o 10 (dez) representa o forte favorecimento da assimilação (homogeneização cultural e racial).

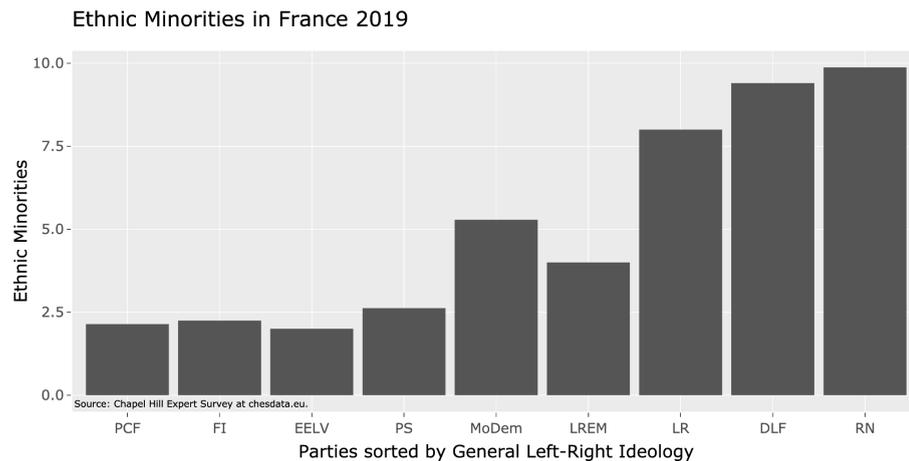
Figura 14 - Multiculturalismo na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2022)

A quarta variável — Minorias Étnicas — corresponde a posição dos partidos em relação às minorias étnicas (Figura 15). 0 (zero) significa forte apoio a mais direitos para as minorias étnicas, enquanto 10 (dez) significa forte oposição a mais direitos para as minorias étnicas.

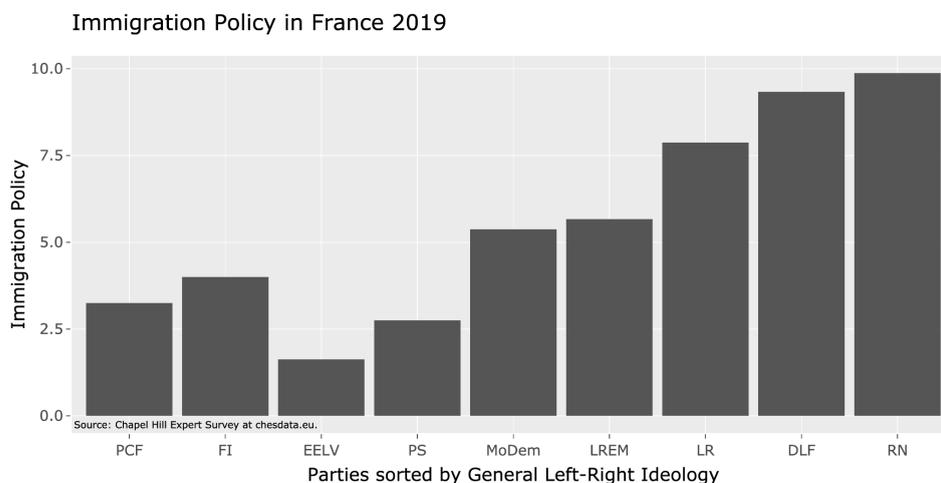
Figura 15 - Minorias Étnicas na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2022)

A quinta variável — Política de Imigração — corresponde a posição dos partidos quanto às políticas imigratórias (Figura 16). 0 (zero) significa um forte favorecimento de uma política liberal, enquanto 10 (dez) significa um forte Favorecimento de uma política restritiva

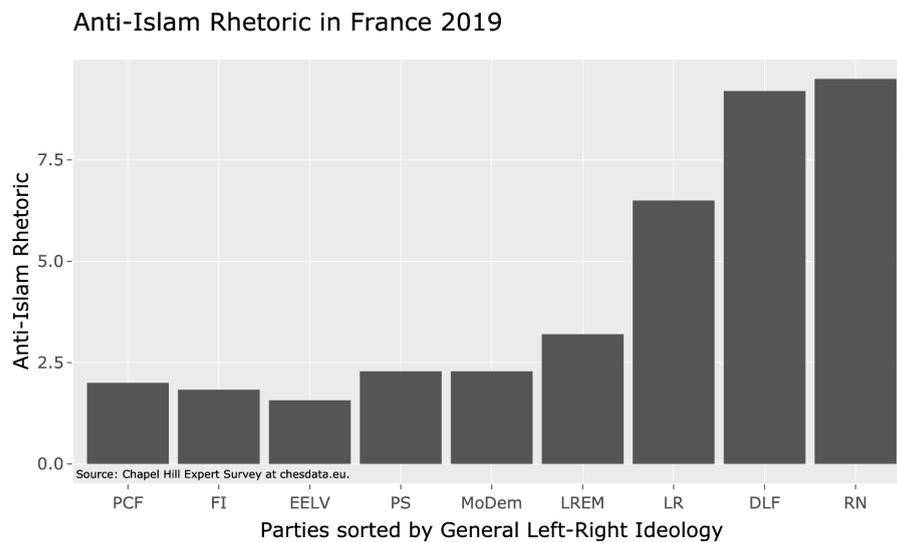
Figura 16 - Política Migratória na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2022)

Por fim, a última variável analisada — Retórica Anti-Islâmica — versa acerca da relevância da retórica anti-Islã para a liderança do partido (Figura 17). 0 (zero) corresponde a nada importante e 10 (dez) corresponde a extremamente importante.

Figura 17 - Retórica Anti-Islâmica na França em 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey (2019)

Ao analisar os gráficos, dos 9 (nove) partidos apresentados, de acordo com sua ideologia (Figura 12), é possível notar em qual espectro político eles podem ser encaixados, como demonstra o Quadro 4.

Quadro 4 – Quantidade de partidos de acordo com seu espectro político.

Ideologia Esquerda-Direita		
Ideologia	Quantidade	Partidos
Extrema-direita	3	<i>Les Républicains (LR), o Debout la France (DLF). Front National/Rassemblement National (FN/RN).</i>
Direita	2	<i>Mouvement Démocrate (MoDem). La République En Marche (LREM)¹⁰.</i>
Esquerda ¹¹	1	<i>Parti Communiste Français (PCF).</i>

¹⁰ Atualmente é nomeado de Renaissance (RE) - em português: Renascimento.

¹¹ Já bem próximo do extremismo.

Extrema-esquerda	3	<ul style="list-style-type: none"> o <i>La France Insoumise (FI)</i>. o <i>Europe Écologie - Les Verts (EELV)</i>. o <i>Parti Socialiste (PS)</i>.
------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados do CHES (2019).

Ademais, é possível perceber o quanto os 3 partidos considerados dentro da extrema-direita se encontram sempre muito próximos do limite máximo das taxas de oposição, restrição ou importância das demais variáveis — Nacionalismo, Multiculturalismo, Minorias étnicas, políticas de imigração e Retórica Anti-Islâmica (respectivamente, Figuras 13-17) que os demais partidos inseridos em gradações diferentes dos espectros políticos. Confirma-se, assim, as essenciais características presentes na ideologia da Ultradireita e sua tendência mais radical no que corresponde a essas pautas, sendo o *Front National/Rassemblement National*, o primeiro colocado em todos os dados apresentados, o que lhe confere uma atenção especial.

5. A ISLAMOFOBIA E O *MAINSTREAM* DO FRONT NATIONAL

A Islamofobia pode ser reconhecida em muitos aspectos inerentes à sociedade francesa, entretanto, mais recentemente, em especial nas eleições ocorridas em 2016, a retórica anti-muçulmanos se tornou uma plataforma popular na proposição de leis anti-imigração. Essa retórica tem sido sustentada por figuras políticas de extrema-direita, como Marine Le Pen, Marion Marichal-Le Pen e François Fillon (Jampierre, 2019). Para Andrade (2014) esses diversos grupos, desde sua criação, até então haviam falhado em suas tentativas de conquistar representação parlamentar, devido ao se vincularem a um discurso xenófobo e da postura agressiva contra a imigração, cenário alterado com a escalada de ataques terroristas ocorridos na França.

Assim, os recentes incidentes terroristas, reforçam ainda mais a ideia dualista entre o “Nós e Eles” definindo quem pertence e quem não a sociedade francesa. O ataque de 2015 à sede do Charlie Hebdo¹² é considerado um dos piores incidentes de terror na história da França. Após os tiroteios houve o crescimento exponencial na retórica islamofóbica entre aqueles que pouco sabiam sobre o Islã. O povo francês viu o incidente como estando intrinsecamente ligado à religião islâmica, e não como um ato violento ligado à conversão de cidadãos nascidos em França que aderiram a uma versão radical da religião (Jampierre, 2019).

Nicolas Lebourg (2016, p. 8, tradução livre) atesta que “o papel político da islamofobia tem sido permitir que alguém incorpore e capitalize este pânico moral: Marine Le Pen”. A progressão da vitória eleitoral de Le Pen e seu partido pode ser observada de duas formas. A primeira, pelo aumento de cadeiras do parlamento francês nas eleições de 2022 (Quadro 5), se consolidando como o 2 maior grupo. E a segunda, pela porcentagem de votos recebidos nas duas últimas eleições, 2017 e 2022, ao cargo de presidente, chegando a participar do segundo turno com resultados inéditos (respectivamente, 33,90% e 41,46% dos votos) mesmo que saindo derrotada — cenário bastante diferente de quando seu pai governava o partido (UOL Notícias, 2022).

Quadro 5 - Composição da Assembleia Nacional da França em 2022

Grupo	Nº de deputados
Renascimento ¹³	172 de 577

¹² “Charlie Hebdo é um jornal satírico conhecido por publicar cartoons e conteúdos polêmicos. O Islão tornou-se o principal alvo da sátira do Charlie Hebdo.” (Jampierre, 2019, p. 18-19).

¹³ Antigo *La République En Marche* (LREM).

Frente Nacional	89 de 577
França Insubmissa	75 de 577
Os Republicanos	62 de 577
Movimento Democrático	48 de 577
Partido Socialista	31 de 577
Os verdes	23 de 577
Esquerda Democrática e republicana	22 de 577
Territórios Ultramarinos	16 de 577
Não Inscritos	9 de 577

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados da Assembleia Nacional da França (2022).

As primeiras colocações do *Front National* (FN) nos dados levantados pelo CHES (2019), da Figura 13 até a 17 (no final do Capítulo 3), pode estar associada ao fato do FN ter sido o primeiro partido de extrema-direita de relevância que surgiu na Europa após a 2ª Guerra Mundial, mesmo estando em uma situação delicada, visto que, nesse período, os movimentos conservadores não possuíam a confiança e o respeito por parte da maioria da população (Andrade, 2014). Além disso, atualmente, o *Front National* é a organização de extrema-direita mais importante na França, permanecendo no centro do jogo político, aumentando a sua audiência e o seu desempenho eleitoral (Benveniste; Pingaud, 2016). Logo, esses motivos fazem com que o partido seja aprofundado neste estudo de caso.

O partido *Front National*, chefiado nos dias de hoje por Marine Le Pen, filha de Jean-Marie Le Pen (um dos fundadores do FN), tem se tornado cada vez mais em um partido da anti pós-modernidade (Lebourg, 2016). Benveniste e Pingaud (2016, p. 62, tradução livre) atestam que:

Atualmente, o partido abraça um amplo espectro de concepções radicais de alteridade. O foco na imigração ajudou a definir uma linha política consensual, opondo os “franceses” aos “imigrantes”, e colocando a nacionalidade no centro da definição de identidade, à frente das afinidades religiosas ou regionais.

Dentro do tópico imigração, um dos projetos de campanhas propostos por Marine Le Pen nas eleições presidenciais de 2017 se refere a uma nova estratégia de como o *Front National* trata a África (em especial, as antigas colônias francesas) e os territórios franceses de além-mar. Os novos rumos dessa relação incluem uma gestão

que não negue os erros do passado, mas sim lhes atribua o devido peso, em que a França deve à África. Entretanto, a real intenção por trás dessa proposta é a noção de segurança pelo fechamento das fronteiras, pois uma França segura é aquela que não aceita estrangeiros, incluindo, em destaque aqui, os africanos. Logo, as propostas buscam desenvolver política e economicamente os Estados africanos para mantê-los longe da ideia de imigração para a França (Narcizo, 2019). Dito isto,

[...] Não é que a África e os africanos tenham deixado de ser um problema de uma hora para a outra na visão do Front National ou que os africanos tenham deixado de ser um “outro”, mas, já que os árabes são construídos como os “outros” do momento, é possível colocar os africanos como vítimas, tal como os franceses. [...] os africanos sofrem com a ameaça dos jihadistas; logo, são obrigados a se aventurar rumo à Europa, levando consigo problemas para seu continente de origem para o continente europeu (Narcizo, 2019, p. 234-135).

A atenção especial que vem sendo dada para o continente africano, para Narcizo, (2019) abarca uma nova lógica xenofóbica. A argumentação marinista¹⁴ na questão identitária pontua que todas as culturas devem ser valorizadas, não somente a francesa, mas que cada uma em sua devida região, pois “hibridismo” é uma ameaça para o futuro das nações e suas identidades originais, apontando o assimilacionismo como uma ameaça para a França pura. No que concerne aos grupos de imigrantes já naturalizados ou possuidores de cidadania francesa, vivendo de forma legal, eles não são colocados como uma forma de aversão, desde que respeitem e sigam as regras e tradições francesas (Narcizo, 2019).

Nesse quesito identitário, os muçulmanos são definidos como os principais alvos de seus discursos xenófobos e políticos (Lima, 2022). A presente narrativa do partido corrobora como o que Mudde (2019) identifica nos grupos de extrema direita: uma defesa da diversidade biocultural, isto é, cada cultura possui características únicas que precisam ser preservadas e não misturadas uma com as outras, manipulando os indivíduos com discursos a acreditarem na presença de uma “guerra cultural”.

Com isso, o Islã vira o principal adversário, resultado de uma “mudança cultural” na perspectiva da ideologia da extrema-direita, contribuindo para a vitória de Marine Le Pen, que procura transmitir uma imagem mais respeitável para o partido, como ocorre no modelo “neopopulista” da nova direita radical presente no norte da Europa (Benveniste; Pingaud, 2016). Por conseguinte, a aceitação do partido converge com as convicções de partes da sociedade francesas, que acreditam em uma insegurança trazida pelo mundo globalizado,

¹⁴ Referente a administração de Marine Le Pen.

conferindo a difusão de uma dinâmica social ficcionada nas populações de origem árabe-muçulmana representadas como um perigo unificado – social, cultural e religiosamente falando (Lebourg, 2016).

O *Front National*, desde o posicionamento de Marine Le Pen a líder do partido em 2011, vem passando por um processo chamado de “desdemonização” — um projeto de ultradireita para a suavização de seus discursos e em defesa da democracia, mas sem abandonar sua matriz e intenções autoritárias (Narcizo, 2019). Nicolas Lebourg (2015) analisa essa estratégia como uma busca do partido para se inserir de uma nova maneira no sistema político, mesmo resguardando suas críticas, à medida que ganha apoio e engrena sua ascensão. Um exemplo a ser demonstrado, é a repentina forma como a carne halal¹⁵ passou a ser uma questão central nos debates presidenciais franceses após Marine Le Pen, a candidata presidencial da Frente Nacional, descaradamente xenófoba, queixou-se que os não-muçulmanos parisienses comiam involuntariamente carne halal (Yanarişik, 2017).

Outro ponto essencial a ser mencionado é o fato de Marine Le Pen usar programadamente o fato de ser mulher para incorporar uma estratégia de se relacionar mais fortemente como uma defensora dos direitos femininos por ser a principal porta-voz de seu partido e candidata ao cargo máximo de poder em seu país. Assim, Marine Le Pen se diferencia das demais figuras da extrema-direita europeia, que, por muito tempo, foram eminentemente representadas por homens em cargos de liderança. Logo, o projeto de desdemonização articulado por ela, passa necessariamente pela reconstrução dos posicionamentos do partido em relação aos costumes, agora sob a visão de uma mulher (Narcizo, 2019).

Na Ideologia do FN, de acordo com Andrade (2014), também se encontra explicitamente um aspecto populista. Em seu programa político, Marine Le Pen tem tentado uma aproximação das massas para obter progresso eleitoral entre as classes trabalhadoras a nível nacional. Culturalmente, Narcizo (2019) atesta uma tentativa de direcionamento em torno de transformar a Joana d’Arc numa entidade mística portadora da força e história francesa e seu ideal.

A personalidade de Marine Le Pen é exaltada à luz da personalidade de Jeanne d’Arc. Uma mulher forte, com convicções nacionalistas, que abre mão de sua vida por seus compatriotas e com pureza no coração. [...] Uma personagem laica, mas cristã é selecionada como símbolo máximo de uma nação com uma tradição cristã, mas que dá para o mundo uma forma política laica. Jeanne d’Arc é transfigurada em

¹⁵ Carne que em seu processo de produção, do abate a distribuição, segue diretrizes específicas para poderem serem consumidas por aqueles praticantes da fé islâmica.

Marine Le Pen, fazendo com que outros símbolos nacionais percam força frente à donzela de Orleans, portadora de seu ideal de França, especialmente após uma minuciosa gestão de sua memória (Narcizo, 2019, p. 107).

Por essa ótica, a Revolução Francesa, para o FN, é vista como uma forma de argumentar contra a invasão islâmica ameaçadora dos valores fundamentais e da cultura francesa e cristã e o futuro de seu povo: a Liberdade, a Fraternidade e a Igualdade. Como pontos positivos desse período, trazidos pelo partido, estão: a língua, os valores republicanos, a unidade francesa, os valores da cultura romana e cristã, e, por fim, a laicização (Narcizo, 2019). Para Lebourg (2016), essa nova etapa do discurso etnizante da extrema direita se egajou positivamente com a pauta do Islamismo no que tange “despertar identitário” que proclamava.

Cervi (2020) aborda as estratégias de articulação como uma formulação da divisão entre a sociedade ocidental e a islâmica, que aliena a complexidade e subjetividade de cada indivíduo por meio de uma estigmatização cultural. Logo, com a estigmatização de culturas, existe uma tentativa de legitimação de uma ideologia supremacista que mantenha o status quo da hegemonia política, econômica e militar ocidental já instaurada (Muñoz; Grosfoguel, 2012). Essa constante estigmatização leva a criação de um pânico moral Nicolas Lebourg (2016).

O sociólogo Welch (2012 *apud* Yanarişik, 2017) explica esta tendência no uso do pânico moral sobre os muçulmanos como demonização popular que seja no nível local, nacional ou internacional. Pela mesma perspectiva, Morgan e Poynting (2012, p. 1 *apud* Yanarişik, 2017, p. 120) afirmam que “no ‘Ocidente’ global, o ‘Outro Muçulmano’ radicalizado tornou-se o ‘diabo popular’ preeminente do nosso tempo”, mesmo que concordem que esse processo não se iniciou com o 11 de setembro, mas que se expandiu a partir dele como forma de remodelar as políticas do multiculturalismo.

Os pânicos morais aparecem regularmente nas plutocracias ocidentais, com a preocupação dos valores universais estarem sendo ameaçados pelas ações dos muçulmanos ou de seus ramos extremistas. Estes valores seriam a liberdade de expressão, a igualdade de gênero ou a tolerância (Sayyid, 2014). Pierre Ansart (2000 *apud* Narcizo, 2019) argumenta que as emoções, sentimentos e paixões estão presentes nas instituições, decisões e fatos da política, atreladas fortemente às experiências cotidianas, no qual o ódio em comum faz ser possível o esquecimento de rupturas internas, assegurando uma comunhão.

Logo, essas construções de narrativas possuem a estratégia de difamar e desvalidar seus alvos, associando-os simbolicamente à realidades problemáticas (Stanley, 2018). Sob

esse viés, muitas dessas histórias falaciosas tornam-se teorias da conspiração que buscam, segundo Stanley (2018), causar desconfiança generalizada e paranoia social, fornecendo explicações rasas para ameaças que não existem, a fim de justificar ações drásticas, legitimadas pelo apoio popular.

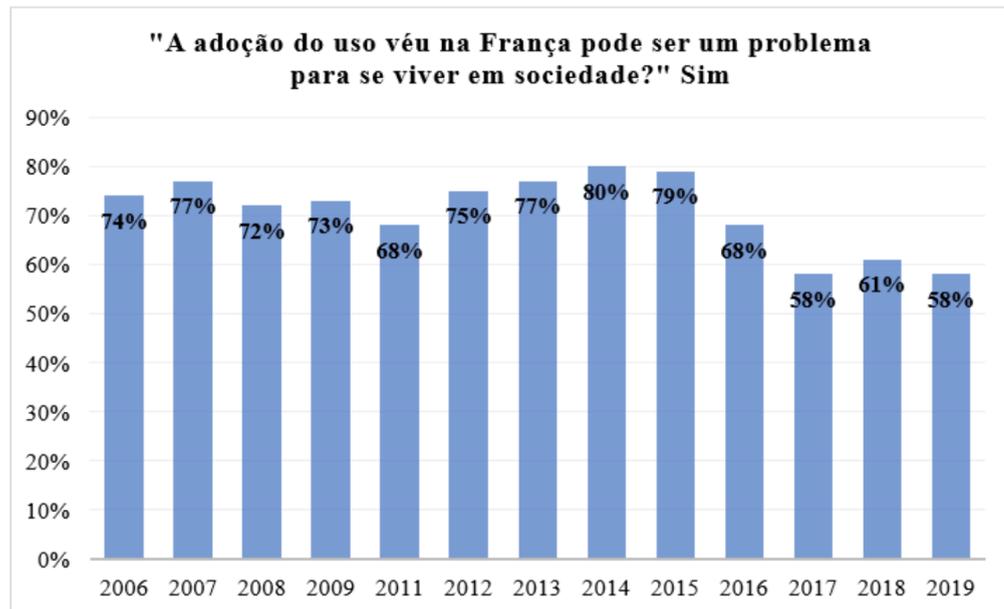
Como forma de demonstrar que essas medidas possuem um respaldo civil, a opinião pública se demonstra como algo de possível análise para para o entendimento dessas demandas, seja na promoção do estado de emergência quanto ao apoio ao *anti-jihad movement*. Essas duas situações serão demonstradas a seguir: a votação realizada para o estabelecimento do estado de emergência na França, através da figura 18; e as percepções sobre os véus muçulmanos nas figuras 19 e 20.

Figura 18 - Opinião Pública e Votação Parlamentar (Assembleia e Senado) acerca do estado de emergência (2015- 2017)



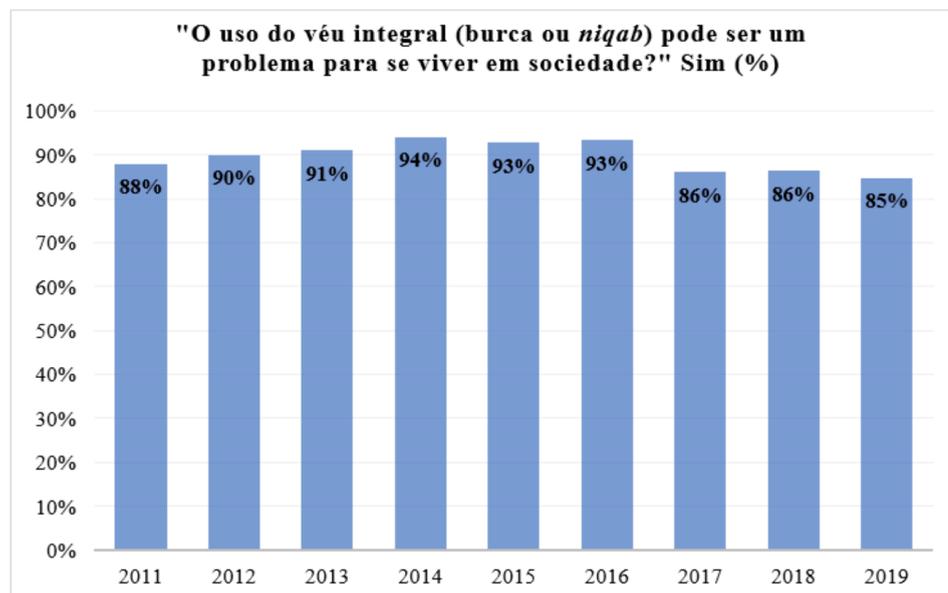
Fonte: Mendelski (2021) com base nos dados do Instituto de Estudos de Opinião Pública (IFOP), Assembleia Nacional e Senado da França.

Figura 19 - Percepção dos franceses sobre o uso do véu (2006- 2019)



Fonte: Mendelski (2021) baseado no Instituto de Estudos de Opinião Pública (IFOP).

Figura 20 - Percepção dos franceses sobre o uso do véu Integral (2006- 2019)



Fonte: Mendelski (2021) baseado nos dados da Comissão Consultiva Nacional de Direitos Humanos (CNCDH) da França.

Na Figura 18 é possível extrair uma concordância entre a vontade popular e atuação dos representantes do parlamento, no qual a porcentagem da vontade populacional chega a ser maior que política pelo regime emergencial. Já nas imagens 19 e 20, observa-se uma alta constância dos cidadãos franceses em ver as vestimentas femininas tipicamente muçulmanas

como algo a ser evitado: para o véu integral, a constância se mostra ainda mais consolidada, não estando abaixo dos 80% em nenhum dos anos apontados. Para o véu, é possível notar uma baixa na porcentagem, talvez relacionado a maior imposição do estado de emergência em 2015, que colocava os muçulmanos como inimigos, diminuindo sua visibilidade.

Entretanto, as ações e discursos contra comunidade muçulmana se iniciaram muito antes da definição do Estado de emergência dentro da França em 2015, quando só passaram a ser mais intensificadas e fiscalizadas com mais rigor (Lima, 2022). As principais medidas tomadas contra a expressão de identidade e presença muçulmana encontram-se representadas no Quadro 6.

Quadro 6 — Principais medidas tomadas contra a expressão de identidade e presença muçulmana evidenciadas em cada autor.

Principais medidas tomadas contra a expressão de identidade e presença muçulmana	
Autor (ano)	Práticas islamofóbicas
Abdelkader (2017)	1. Desejo obsessivo na proteção contra a doutrinação religiosa no lugar da defesa da liberdade religiosa quando se trata sobre traje religioso na França. 2. A escolha de dificultar ou proibir a construção de mesquitas, além de determinar o fechamento de muitas delas, onde ocorrem invasões pelas autoridades francesas nas mesquitas, consideradas fontes de extremismo violento.
Mendelski (2021)	Proibição da visibilidade pública de adereços e vestimentas islâmicas (principalmente com as mulheres), aumentando a discriminação, em especial, nas ofertas de emprego e ambientes escolares.
Louati e Syeda (2022)	A evocação da nova laicidade para atingir os negócios halal, comércios e empreendimentos chefiados por muçulmanos.
Lima (2022)	Evidencia-se o aumento de confiscos de bens e até mesmo prisões preventivas sobre a alegação de financiamento das atividades terroristas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

As realidades descritas acima denunciam a existência de uma lacuna entre as proteções legais expressas teoricamente aos seus direitos com o que é estendido, na prática, à comunidade minoritária muçulmana no país (Abdelkader, 2017). Lima (2022) vê esses

impactos sendo incididos amplamente, abarcando as esferas políticas, educacionais, sociais e econômicas, reiterando uma visão de combate que incide sobre todos os grupos de muçulmanos e suas gerações que residem na França.

Com isso, segundo Motta (2018), é através do discurso que os representantes buscam alternativas para uma possível ameaça à sua nação — ato de fala, se tornando uma força de convencimento em detrimento da emergência de um determinado assunto. O ato de fala, então, é pontapé inicial para garantir a transformação dos discursos em políticas bem consolidadas, quando uma audiência adere aos pronunciamentos, e os legitimam, determinando o sucesso de qualquer movimento que o governo ou os detentores de poder utilizem em sua atuação (Buzan *et al.*, 1998 *apud* Motta, 2018).

Nos últimos anos, o termo ‘Eurábia’ é um dos principais conceitos utilizados como uma chamada para a guerra de muitos ativistas anti-islâmicos (Benveniste; Pingaud, 2016). Dentro dos grupos que dão voz a esse chamado está a própria Ultradireita. Yilmaz (2012) expõe a utilização do termo “Eurabia” extrema-direita europeia para manifestar a representação da Europa como um continente fadado à extinção cultural devido à crescente “islamização” no país. Esses grupos extremistas fomentam o surgimento do anti-jihad movement, uma tendência transnacional e bem organizada de movimentos sociais que solidificam uma mobilização contra a islamização da Europa (Bruno; Marchi, 2016).

Retomando ao pensamento de Mudde (2019), a mobilização da ultradireita utiliza do anti-liberalismo e fomenta sua base com deveres e funções ao público sem direito a questionamentos. Holmes (1993) coloca a sociedade iliberal como resultado da negação de princípios liberais: liberdade individual, segurança pessoal, imparcialidade estatal e direito de participação cidadã. Entretanto, nada impede que essas pautas sejam abordadas de maneira mais suave e cuidadosa. É através dessa cautela que hoje, numa certa hipocrisia que a ultradireita se apropria de causas liberais para transmitir, por exemplo, uma imagem do ‘muçulmano’ misógino, guerreiro e invasor, incapaz de aceitar a evolução da condição da mulher, um guerreiro e um invasor, onde se acusa a fraqueza do governo vigente em desempenhar um papel ativo frente ao neste crescimento do islã (Benveniste; Pingaud, 2016).

Examinando-se o poder discursivo utilizado pelos partidos de ultradireita (e também pelo Front National, como descrito durante o capítulo), a função desses discursos na construção de conceitos como terrorismo e fundamentalismo islâmico, trazem a tona a importância de pautar uma ideia refletora da visão de papéis de poder desempenhados distintos na realidade nacional ou internacional (Mendelski, 2020 *apud* Lima, 2022). Assim,

mostra-se como os cidadãos podem ser comprados pela lógica de perigo e apoiaram a adoção de medidas securitárias (Lima, 2022).

De maneira salutar, Lean (2012 *apud* Souza, 2021) atesta, portanto, a extrema-direita como principal intensificadora da islamofobia, no qual focam seus esforços ideólogos na propagação de ideias que são os muçulmanos, os migrantes e os refugiados os verdadeiros inimigos responsáveis pelas adversidades sociais existentes, ao invés das políticas neoliberais. Na França, o partido *Front National* vem, então, se mobilizando em torno da estimulação dos medos e ansiedades dos franceses contra a população muçulmana presente em seu país (Souza, 2021). Essa mobilização, nas palavras de Lima (2022), se traduz pelo aumento dos casos de ataques terroristas dentro do território francês, gerando um cenário de securitização pelas autoridades francesas para que medidas emergenciais sejam tomadas.

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, os dados levantados e analisados corroboram com hipótese levantada para o desenvolvimento do presente estudo de caso, segundo a qual a presença da ideologia da ultradireita na França contribui para que os sentimentos e ações discriminatórias contra muçulmanos sejam reforçados. Essa intensificação pode ser observada pela utilização de questões intrinsecamente islamofóbicas por partidos e figuras de ultradireita como suas principais proposições políticas, consolidadas por discursos e projetos governamentais. Além disso, é possível conceber dois paralelos entre a islamofobia e a ultradireita. O primeiro seria o marco temporal e as crises que fizeram os dois fenômenos ganharem força de forma global - supracitados aqui com o 11 de setembro de 2001 e o maior fluxo de refugiados em direção ao continente europeu (se categorizando como dois fenômenos em alta). O segundo trata da carga ideológica inerentemente racista, xenofóbica e nacionalista de ambos os movimentos.

O capítulo 1 apontou que a islamofobia pode ser adequadamente colocada como um processo de racialização cultural, pois não se baseia exclusivamente em características biológicas e fenotípicas. Além disso, foi constatado que a islamofobia presente na França não é algo novo, mas sim um fenômeno recorrente e arraigado em seu passado, advinda, em particular, durante o período da formação do estado nacional e da colonização de países no norte da África, no qual vem sendo justificada pela laicidade e identidade secular do país em evitar o fundamentalismo religioso.

O capítulo 2 apresentou a difícil realidade dos muçulmanos franceses (nascidos e criados na França), pois estes se encontram à margem da sociedade, levando a vida nos subúrbios, com uma menor concentração de renda e menores chances e oportunidades de conseguir empregos, enfrentando forte discriminação nos espaços públicos, escolas e instituições privadas. A discriminação se mostra ainda mais abrangente e em maior recorrência quando há visibilidade das vestimentas islâmicas por parte das mulheres muçulmanas. Ainda dentro do processo de assimilação, menos de 50% da comunidade muçulmana se considera totalmente aderida aos costumes franceses, mesmo que ainda mantenham o islamismo como religião.

Ainda nas descobertas levantadas no capítulo 2, visualiza-se que o aumento da gravidade dos ataques terroristas e a definição do estado de emergência pelo governo francês em 2015 fizeram, correlativamente, haver um aumento nos casos de incidências islamofóbicas praticadas na França. Essa islamofobia é praticada de formas bastante variadas no território

francês, na qual englobadas neste trabalho dentro de 4 categorias de agressões formuladas a partir da categorização proposta por Sayyid (2019): (a) Agressão Estatal ou Governamental; (b) Agressões Físicas Diretas e Discriminatórias; (c) Agressões à Propriedades e Agressão (d) Simbólica ou de Percepção. Complementarmente, também é constatado como essas agressões são praticadas por diversos agentes diferentes, sejam eles governamentais ou privados, indivíduos ou grupos, práticas de maneira direta ou indireta.

No capítulo 3, por sua vez, a islamofobia na França é elencada como algo atrelado em ambos os lados do espectro político devido ao forte nacionalismo presente no país. Entretanto, é mostrado a extrema direita como uma das principais forças ideológicas que persiste na propagação de ideias xenófobas, racista e autoritárias na negação da expressão dos direitos individuais. Consoante com a afirmação de Souza (2021) ao postular que a aversão direcionada aos povos muçulmanos e sua cultura se tornou um dos principais pontos presentes nos discursos e debates da extrema direita, em especial do partido *Front National*.

Por fim, o capítulo 4 demonstra que o desempenho eleitoral satisfatório de partidos como o *Front National*, de Marine Le Pen, pode ser ligado à culpabilização dos muçulmanos como fonte dos problemas que existem dentro da França por parte da ultradireita. O partido se tornou o segundo maior grupo dentro do Parlamento e conseguiu chegar ao segundo turno das eleições executivas, alcançando uma grande porcentagem de votos ao aderir a estratégia de suavizar seus discursos. Adicionalmente, o capítulo demonstrou que a construção do muçulmano como um inimigo a ser combatido é dada discursivamente e socialmente, especialmente pela direita radical e extremista. Assim, a islamofobia presente na França no século XXI é possível de ser entendida como a realização de uma ideia de um perigo a ser combatido a todo custo.

Dentro das principais limitações encontradas no desenvolvimento deste trabalho estão a dificuldade de acessos a dados e relatórios que tratam sobre a islamofobia ou ataques terroristas após 2019, visto que os institutos mais importantes envolvidos nessas temáticas foram dissolvidos. Além disso, nos relatórios já existentes, de instituições diferentes, versando os mesmo dados, muitas das vezes apresentavam inconsistência ao se comprar um com outros. A dificuldade em acesso à informação também pode ser expandida pela falta de transparência no site da Assembleia Nacional francesa, que não permite analisar a composição parlamentar de legislaturas anteriores ao ano vigente. Portanto, ambas limitações apresentadas impactaram na menor profundidade e na possível mensuração de informações seja em demonstrar a evolução de assentos ocupados pela ultradireita no parlamento francês em anos

anteriores a 2022 — no capítulo 3, bem como na aplicação da classificação por Sayyid (2019) sem precisar de alterações, presente no capítulo 2, devido a sua vasta extensão.

Dessa forma, a análise deste trabalho ficou delimitado na observação mais ampla dos fatos, ainda que de forma bastante específica, podendo haver maior aprofundamento futuro em alguns dos tópicos para a realização de pesquisas posteriores, de maneira separada. No entanto, a mesma lógica estrutural apresentada também serviria como replicação para novas pesquisas abertas a analisar a problemática domesticamente, através de outros estudos de caso de países e partidos em específicos, com o intuito de discorrer a manifestação desses fenômenos de forma paralela dentro da Europa.

Com isso, o presente trabalho buscou contribuir no vislumbre da nocividade dos padrões de comportamento islamofóbicos e na ideologia difundida pelos grupos de extrema-direita. Logo, visou-se colaborar cientificamente na identificação e compreensão desses para perspectivas de enfrentamento sejam traçadas contra a propulsão de discursos e atitudes xenófobas e nefastas no globo inteiro, não só na França. A área das Relações Internacionais são, então, incrementadas com conclusão desse estudo, no chamado para mais abrangência de perspectivas que despertem para o convívio de culturas e identidades distintas no mundo cada vez mais globalizado vivido na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABDELKADER, Engy. A comparative analysis of european islamophobia: France, UK, Germany, Netherlands and Sweden. *UCLA J. Islamic & Near EL*, v. 16, p. 29, 2017.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **Vociferando Contra o Iluminismo**: A ideologia de Steve Bannon *Sociologia e Antropologia* [online], vol.8, n.3, pp.1009-1023, 2018.
- ALLEN, Christopher. **The ‘First’ Decade of Islamophobia: 10 years of the Runnymede Trust report Islamophobia: a Challenge for us all**. Stourbridge, 2007.
- ALLEN, Christopher. **Islamophobia**. Surrey: Ashgate, 2010.
- ALLEN, Jodie T. The French-Muslim Connection. Is France Doing a Better Job of Integration than Its Critics? **Pew Research Center Report**. 2006. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/2006/08/17/the-frenchmuslim-connection/>>. Acesso em 15 jun. 2024.
- ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. O desenvolvimento da extrema direita na França e a formação do Front National. **Temporalidades**, v. 6, n. 3, p. 50-67, 2014.
- BATALHA, Ettore Schimid. O Orientalismo, ou a afirmação do Discurso Hegemônico do Ocidente. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**. Montes Claros, v. 14, n. 2, p. 177-198, 2017.
- BENVENISTE, Annie; PINGAUD, Etienne. Far-right movements in France: The principal role of Front National and the Rise of Islamophobia. **The Rise of the Far Right in Europe: Populist Shifts and 'Othering'**, p. 55-79, 2016.
- BILA, Andrea. Countering Islamophobia in France. **Countering Islamophobia in Europe**, p. 213-251, 2019.
- BLEICH, Erik. **Defining and Researching Islamophobia**. *Review of Middle East Studies*, v. 46, n. 2, p. 180-189, 2012. — BLEICH, Erik. **Defining and Researching Islamophobia**. *Review of Middle East Studies*, Vol. 46, No. 2, pp. 180-189, Winter 2012.
- BOBBIO, Norberto. et al. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998. 1v. 11. ed.
- CERVI, Laura. Exclusionary Populism and Islamophobia: A comparative analysis of Italy and Spain. **Religions**, v. 11, n. 10, p. 516, 2020.
- CHATHAM HOUSE. What do Europeans think about Muslim immigration. 7 February 2017. **The Royal Institute of International Affairs**, 2017. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/expert/comment/what-do-europeans-think-about-muslim-immigration#>>. Acesso em 5 jun. 2024.
- ESTEVEVES, Olivier. A historical perspective: secularism, ‘white backlash’ and Islamophobia in France. In: *The Routledge International Handbook of Islamophobia*. **Routledge**, 2019. p. 99-109.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.
- GOLDER, Matt. Far right parties in Europe. **Annual review of political science**, v. 19, p. 477-497, 2016.
- GOLDBERG, David Theo. *The Racial State*. Oxford: Blackwell Publishers. Hall, Stuart. 1992. *The West and the rest: discourse and power*. In *Formations of Modernity*, ed. Stuart Hall and Bram Gieben, 275–331. Cambridge: **Polity Press**. 2002
- GROSGOUEL, Ramón. Las múltiples caras de la islamofobia. **Raíz Diversa**, p. 83-114, 2014.
- JAMPIERRE, Killian. *Islamophobia in France: A Struggle Between Religious and National Identity*. 2019. Tese de Doutorado. Brandeis University, Graduate School of Arts and Sciences.
- JOLLY, Seth et al. Chapel Hill expert survey trend file, 1999–2019. **Electoral studies**, v. 75, p. 102420, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2021.102420>
- KALABUNOWSKA, Agata. On the role of anti-globalist and anti-european attitudes in extreme right ideology. In: **Politeja**, v. 16, n. 63, p. 125-138, 2019.
- KALIN, Ibrahim. Islamophobia and the limits of multiculturalism. In: ESPOSITO, John; KALIN, Ibrahim (eds.). **Islamophobia: The Challenge of Pluralism in the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3–20.
- KAYA, Ayhan. **Islam, migration and integration: The age of securitization**. Springer, 2009. — New York: Palgrave Macmillan
- KAYA, Ayhan. ‘Islamophobia’ as an Ideology in the West: Scapegoating Migrants of Muslim Origin. In: AMELINA, Anna.; HORVATH, Kenneth.; MEEUS, Bruno (Orgs.). **An Anthology of Migration and Social Transformation: European Perspectives**. London: Springer, 2016.
- KIVISTO, Peter; FAIST, Thomas. Multiculturalism: A New Mode of Incorporation. In: *Beyond a Border: The Causes and Consequences of Contemporary Immigration*. **Pine Forge Press**, 2009.
- LEAN, Nathan C. The debate over the utility and precision of the term “Islamophobia”. In: **The Routledge international handbook of Islamophobia**. Routledge, 2019. p. 11-17.
- LEBOURG, Nicolas. *Islamophobia in France*. **Occasion**, 2016.
- LE MONDE. **L’Immigration et l’Islam Demeurent des Sujets Clivants en France**. 3 de julho 2017. Disponível em: <www.lemonde.fr/politique/article/2017/07/03/l-immigration-et-l-islam-demeurent-des-sujets-clivants-en-france_5154770_823448.html>. Acesso em 5 juin. 2024.
- L’islam de France bien intégré (sondage). **Le Figaro**, 2008. Disponível em: <<https://www.lefigaro.fr/flash-actu/2008/10/29/01011-20081029FILWWW00603-l-islam-de-france-bien-integre-sondage.php>>. Acesso em 17 abr. 2024.

LIMA, Alef Borges de. A securitização do fundamentalismo islâmico na França após os atentados de Paris: do estado de emergência (2015-2019) à islamofobia. 2022.

LOUATI, Yasser; SYEDA, Seema. **Islamophobia in France: causes, responses and lessons for the UK and Europe.** 2022.

MARCHI, Riccardo; BRUNO, Guido. **A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados**, n. 50, p. 39-56, 2016.

MENDELSKI, B. 2018. “Articulações liberais e iliberais da islamofobia na Alemanha e na França”. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, p. 381-415, 2023.

MENDELSKI, B. A Islamofobia na França: um estudo de caso (1996-2019). 2021.

MENDELSKI, B. A identidade secular do território francês e as identidades dos migrantes muçulmanos na França: o fenômeno da islamofobia. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.27, 2022. ISSN 1982-6745.

MUDDE, Cas. **The Ideology of the Extreme Right.** Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today.** Cambridge: Polity Press, 2019.

MUÑOZ, Gema; GROSGOUEL, Ramón. La islamofobia a debate. La genealogía del miedo al islam y la construcción de los discursos anti-islâmicos. **Casa Árabe**, p. 35-60, 2012.

NADI, Selim. L’islamophobie comme modalité idéologique des contradictions raciales en France. *French Cultural Studies*, v. 32, n. 3, p. 187-197, 2021.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. **A extrema direita francesa em reconstrução: Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011-2017].** Paco e Littera, 2021.

PEACE, Timothy. Islamophobia and the Left in France. In: **The Routledge International Handbook of Islamophobia.** Routledge, 2019. p. 110-122.

PEW RESEARCH CENTER. **Europe’s Growing Muslim Population.** November 29, 2017. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/religion/2017/11/29/europes-growing-muslim-population/>> Acesso em 21 abr. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. **Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs.** July 11, 2016. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>>. Acesso em 13 jun. 2024.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente.** São Paulo: **Companhia das Letras**, 2008.

SAMUEL, P. Huntington, **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.** New York. **Touchstone**, v. 62, n. 7, 1996.

SAYYID, Salman. A measure of Islamophobia. *Islamophobia Studies Journal*, v. 2, n. 1, p. 10-25, 2014.

SEDGWICK, Mark. **Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century**. Londres: Oxford University Press, 2004.

SOUSA, Márcio dos Santos. O terrorismo e as estratégias adotadas pelo sistema de segurança francês após os atentados de 2015. **Cadernos de aulas do Lea**, n. 9, 2020.

SOUZA, Felipe Freitas de. A Construção Do Inimigo Muçulmano: Aproximações Possíveis Entre Islamofobia E Fascismo. **Religião, Política e Sociedade**. 2021. p. 11.

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: A Política do Nós e Eles**, 2018.

STRITZEL, Holger. Securitization theory and the Copenhagen school. In: **Security in Translation**. Palgrave Macmillan, London, 2014. p. 11-37.

The Association of Religion Data Archives (the ARDA). **France, Religion And Social Profile** - World Religion Database, 2020. Disponível em: <https://www.thearda.com/world-religion/national-profiles?u=83c#S_1>. Acesso em 03 mai. 2024.

UOL Notícias. **Extrema direita é "durável e poderosa" na França, dizem especialistas após resultado histórico de Le Pen**. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/04/26/extrema-direita-e-duravel-e-poderosa-na-franca-dizem-especialistas-apos-resultado-historico-de-le-pen.htm>>. Acesso em 18 mai 2024.

WOLFREYS, Jim. *Republic of Islamophobia: The Rise of Respectable Racism in France*. Oxford: **Oxford Press University**, 2018.

YANARIŞIK, Oğuzhan. Rise of Islamophobia in Germany, France and Switzerland after 9/11. **Ombudsman Akademik**, n. 7, p. 101-125, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIA-EBRAHIMI, Reza. The French origins of ‘Islamophobia denial’. **Patterns of Prejudice**, v. 54, n. 4, p. 315-346, 2020.